

Capa	
Desastres "naturais"	2
Entrevista	
Padre João - 'É um absurdo a academia insistir na tese de que há níveis toleráveis de agrotóxicos e que essas quantidades não têm efeito negativo em nossa saúde'	9
Almanaque	13
Políticas Públicas	
Usuários de crack no centro das atenções	14
Rio+20	
Rio+20: Sem confiança na ONU, sociedade civil constói cúpula paralela	20
Financiamento	
Quase vinte anos de DRU	24
Livros	
Raio-X dos efeitos dos agrotóxicos	26
Dicionário	
Responsabilidade Social	27

Até que ponto o homem é responsável pelos desastres naturais? Será que todos eles acontecem mesmo por fatalidade ou muitos poderiam ser evitados pela população e os governos? De que forma o novo Código Florestal pode interferir na já delicada relação entre homem e meio ambiente, tanto no campo quanto na cidade? Essas são algumas questões tratadas na matéria de capa desta edição, que aborda as recentes mudanças no Código Florestal, as políticas de Defesa Civil brasileiras e como toda essas questões estão interligadas. Na reportagem, você vai conhecer o que já existe e as lacunas do país na prevenção de desastres e, além disso, quais são as novas propostas para esse campo que estão sendo discutidas pelos governos e sociedade civil.

Outra reportagem desta edição também contribuirá para o debate sobre a relação dos seres humanos com a natureza. Com a proximidade da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, que será realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, a Poli traz mais uma reportagem sobre o evento. A matéria desta edição mostra a articulação da sociedade civil na construção da Cúpula dos Povos durante a Rio+20 – um evento que reunirá as demandas e as propostas dos movimentos sociais para um outro modelo de desenvolvimento.

O uso dos agrotóxicos e suas consequências para a saúde é o tema da entrevista desta edição com o deputado federal Padre João (PT-MG), autor de um relatório da Câmara dos Deputados sobre o assunto. O tema também é tratado na seção Livros, com a resenha de 'Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE', organizado pela pesquisadora Raquel Rigotto.

Esta edição traz ainda uma reportagem sobre o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, lançado recentemente pelo governo federal. O leitor poderá conhecer o que especialistas no tema veem como possibilidades de tratamento para usuários de drogas no campo da saúde pública e porque o uso do crack ganhou tanta relevância na atualidade. A prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2015, permitindo que o governo use livremente 20% de suas receitas, também é tema desta edição.

E na seção Dicionário, saiba mais sobre 'responsabilidade social'.

Boa leitura!

Ano IV - Nº 22 - mar./abr. 2012

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.

ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

(Membros do Conselho Deliberativo da EPSJV)

Bianca Fernandes, Cristina Araripe, Etelcia Molinaro, Felipe Machado, Francisco Bueno, Giovanna Abreu, Gladys Miyashiro, Ignez Siqueira, Jairo Freitas, José Orbílio, Júlio César Lima, Marcela Pronko, Marco Antônio Santos, Mauro Gomes, Sergio Munck, Vera Joana Bornstein

Coordenadora de Comunicação,

Divulgação e Eventos

Talita Rodrigues

Editora

Talita Rodrigues - RJ23264JP

Repórteres e Redatores

André Antunes

Cátia Guimarães

Raquel Júnia

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca

Marcelo Paixão

Assistente de Gestão Educacional

Solange Santos

Valéria Melo

Assistente Editorial

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Mangueiras,

Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484

comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Desastres "naturais"?

Interfaces entre Defesa Civil, saúde e meio ambiente

André Antunes

O Brasil é uma terra abençoada: não sofre com terremotos, furacões e outras catástrofes que fazem parte do cotidiano de milhões de pessoas ao redor do mundo. Certamente você já ouviu alguém dizer isso. Quando a ideia é demonstrar o “orgulho de ser brasileiro”, é comum recorrer a frases como essa para ressaltar as vantagens de se viver por aqui. Mas se é que isso já foi verdade algum dia, vem se tornando cada vez mais difícil corroborar a tese da suposta imunidade do território brasileiro aos desastres. Principalmente depois do país todo ter assistido, em janeiro de 2011, às cenas da tragédia na região serrana do Rio de Janeiro, onde enxurradas e deslizamentos de terra decorrentes das chuvas fortes deixaram mais de 900 mortos, 13 mil desabrigados e 22 mil desalojados, de acordo com números do Ministério da Integração Nacional (MI).

Na mídia e em muitas falas do poder público, alerta-se que a tendência é que os desastres se tornem cada vez mais frequentes e severos, sempre batendo na tecla das mudanças climáticas. No entanto, um assunto que tem sérios desdobramentos para o tema no Brasil, mas que tem sido pouco abordado nos debates sobre desastres, é a proposta de alteração do Código Florestal (no fechamento desta edição, o projeto estava prestes a ser votado no Congresso Nacional). Nesta reportagem falaremos sobre as limitações das práticas de Defesa Civil no país, sobre a atuação e eventuais lacunas que o Sistema Único de Saúde (SUS) apresenta na área dos desastres e, por fim, abordaremos algumas das principais alterações que estão sendo propostas para o Código Florestal e as opiniões de especialistas sobre as possíveis consequências delas para a prevenção de desastres.

Defesa Civil: história e atribuições

No artigo ‘Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro’, a coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (Neped) da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), Norma Valencio, conta que a Defesa Civil, em âmbito federal, institucionalizou-se no final da década de 1940, sob a égide militar, em um contexto de polarização ideológica pós-Segunda Guerra Mundial. “A corrida armamentista fez com que o Estado brasileiro priorizasse, como tema de Defesa Civil, a proteção da população civil a possíveis ataques aéreos”, escreve.

Não por acaso, no seu primeiro ano de funcionamento, o sistema era chamado de Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, sob a supervisão do hoje extinto Ministério da Aeronáutica. Em 1943, passou a se chamar Serviço de Defesa Civil, sob a supervisão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Os deslocamentos da instituição entre diversos ministérios foram uma constante ao longo da história, o que, segundo Norma Valencio, “impediu o desenvolvimento de discussões substantivas e uma identidade técnica sólida”.

A criação, na década de 1990, da Política Nacional de Defesa Civil foi uma tentativa de reverter esse quadro. A partir daí, aponta a pesquisadora, os órgãos de Defesa Civil foram articulados e coordenados nos três níveis de governo, por meio da criação do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec). O sistema teve suas diretrizes reformuladas por sucessivos decretos do Poder Executivo - em 1993, 2005 e 2010. Este último, o decreto 7.257, serviu de base para a lei 12.340, que dispõe sobre a organização do Sindec, ainda em vigor. Atualmente, a coordenação do sistema fica a cargo da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), órgão do Ministério da Integração Nacional.

De acordo com a lei 12.340, Defesa Civil compreende o “conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social”. Na legislação, fica claro que as atribuições da Defesa Civil vão além do resgate de pessoas durante as emergências, já que para desempenhar todas as atividades relacionadas direta e indiretamente a um desastre seria preciso coordenar esforços nas mais diversas áreas. A transversalidade do tema justifica a existência de um sistema como o Sindec, que tem como objetivos “planejar, articular e coordenar as ações de Defesa Civil em todo o território nacional”.

Mais prevenção e menos distorções

O sistema, no entanto, não vem sendo capaz de responder aos desafios que suas atribuições lhe colocam. Em 2011, o Senado Federal formou uma comissão com o objetivo de propor maneiras de reestruturar o sistema. Presidida pelo senador Jorge Viana (PT-AC), a comissão chegou à conclusão que o governo brasileiro investe pouco na prevenção, priorizando o pós-desastre por meio de ações de assistência emergencial. Uma análise dos gastos do Ministério da Integração Nacional nos últimos cinco anos dá uma ideia do que é considerado prioridade pela pasta: segundo dados do Portal da Transparência do governo federal, de 2007 a 2011, o Programa de Prevenção e Preparação para Emergência e Desastres recebeu R\$ 85,5 milhões, enquanto o Programa de Respostas aos Desastres e Reconstrução recebeu R\$ 1,4 bilhão.

Para o psicólogo Marcos Ferreira, especialista em Defesa Civil e colaborador do Conselho Federal de Psicologia, embora a comissão tenha tido o mérito de falar em prevenção, falhou ao não abordar, em seu relatório final, algumas das questões de fundo da Defesa Civil no país. “O problema é que não se conhece a construção histórica da Defesa Civil brasileira, e não se aproveita nem o que ela tem de bom, nem se descarta o que ela tem de ruim”, afirma. Essa também é a posição de Norma Valencio. Em entrevista à Poli, ela lembra que a concepção militarizada de Defesa Civil no país impõe entraves para sua atuação. “O quadro decisório da Defesa Civil no Brasil está ligado às instituições militares, como o Corpo de Bombeiros. Dessa maneira, a racionalidade militar impera para entender o desastre como uma ruptura da normalidade, a partir de uma concepção distorcida de normalidade, em uma sociedade injusta e desigual”, aponta Norma. Em termos práticos, isso leva a uma priorização de ações de Defesa Civil provisórias, com ênfase no resgate da população afetada, na remoção dos que se encontram em situação de risco e no seu “aquartelamento” em abrigos. Para piorar, diz Marcos Ferreira, prevalece no Brasil a ideia de que os flagelados, forçados a ficar nos abrigos, são “aproveitadores”. “Eu já ouvi de uma pessoa graduada na Defesa Civil que, no Brasil, o desabrigado tem que receber colchão e cobertor, porque se der lençol e travesseiro ele não vai embora do abrigo”, revela.

Democratização

Outro problema apontado por Ferreira é a falta de participação social na formulação das políticas de Defesa Civil, questão que, segundo ele, também não foi abordada no relatório do Senado. De acordo com o psicólogo, dos 18 integrantes do Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec) - que faz parte do Sindec como órgão deliberativo e consultivo - apenas três são representantes da sociedade civil, enquanto os outros 15 representam o Estado. “Isso quando a regra geral é um conselho paritário entre sociedade e Estado. A democratização ainda não chegou à Defesa

Civil”, critica. Um flagrante da falta de participação social aconteceu durante a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil, em 2010. “A conferência teve 1,5 mil delegados, sendo mil do Estado e 500 da sociedade civil. Eu fui delegado por Santa Catarina e foi uma experiência inacreditável: o auditório estava dividido ao meio, com uma fila de mesas que não nos deixava chegar perto da mesa diretora dos trabalhos. A área com os representantes do Estado ficava perto da mesa diretora e, nós, da sociedade civil, ficávamos no fundo do salão”, lembra.

Conceito de prevenção

Já dissemos anteriormente que uma das recomendações do relatório da comissão do Senado foi enfatizar as ações de prevenção. Mas o que significa prevenção de desastres na visão dos senadores? Vejamos o que diz o relatório: “Quanto à prevenção, o foco é o desenvolvimento e a implantação de sistemas de monitoramento destinados a antecipar situações de desastre, de modo a minimizar as perdas humanas, além da identificação de necessidades de priorização de obras civis voltadas à minimização de riscos e prevenção de desastres”. Essa parece ser também a visão do Poder Executivo, que anunciou recentemente a criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Instalado na cidade de Cachoeira Paulista (SP), o centro tem como objetivo desenvolver um sistema capaz de antecipar a ocorrência de desastres em todo o território nacional. Mas, como aponta Marcos Ferreira, predição não é prevenção. “Esse sistema criado pelo MCT faz a antecipação da informação de que vai haver uma precipitação forte. Mas de que adianta saber que vai chover se você não sabe para quem contar que vai chover, se não tem canais sociais organizados para isso? É preciso que, em cada bairro, o estado e a prefeitura apoiem a reunião dos cidadãos para se organizar e examinar os riscos da localidade e o que fazer se acontecer algo. Isso está previsto na Política Nacional de Defesa Civil: são os Núcleos Comunitários de Defesa Civil [Nudecs]”. Segundo ele, essa atribuição, em alguns estados, é repassada para os Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs). “Isso é um equívoco, porque o flagelado não é assunto de polícia”.

Além disso, como aponta Carlos Machado, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) e coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas para a Redução de Desastres (Ceped-RJ;

O exemplo cubano

Embora o Japão muitas vezes sirva como referência quando o assunto é eficiência em Defesa Civil – principalmente após a atuação do governo japonês no desastre na usina nuclear de Fukushima – não é necessário ir tão longe e nem procurar entre os países ditos desenvolvidos para encontrar bons exemplos na área. Frequentemente atingida por furacões, Cuba apresenta números reduzidos de óbitos durante esses eventos, demonstrando que a “crueldade” da natureza não é a única responsável pelos danos causados por desastres. No Em-Dat, banco de dados sobre desastres da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, e centro colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS), é possível encontrar alguns exemplos: o furacão Noel, em outubro e novembro de 2007, afetou quase 200 mil pessoas em diversas cidades de Cuba, matando apenas uma. Na vizinha República Dominicana, o mesmo furacão, embora tenha atingido menos da metade do número de pessoas de Cuba (80 mil), causou a morte de 129.

veja box na página 8), apenas cerca de 1,5 mil municípios brasileiros – aproximadamente 27% do total – têm coordenações de Defesa Civil com registro oficial na Secretaria Nacional de Defesa Civil. “E isso não quer dizer que haja pessoal suficiente. Muitos têm a estrutura administrativa, mas não significa que disponham de recursos humanos, técnicos e financeiros suficientes”. Em muitos casos, a Defesa Civil constitui um gabinete de crise, criado para dar conta de um eventual desastre e desmontado logo depois.

Debate despolitizado

Segundo Norma Valencio, o gosto pelos sistemas de alerta é sintomático de uma visão tecnocrática e despolitizada a respeito da vulnerabilidade aos desastres. “Se reduz o fenômeno social: se avisa à pessoa que ela está vulnerável, como se o aviso fosse suficiente para que o outro escapasse do perigo. Tudo se passa como se aquele grupo que se viu forçado a habitar as bordas periféricas tivesse os meios para fugir do perigo, que, historicamente, foi negado a eles. Isso é muito cínico”, critica. Com isso, não são problematizadas questões como a necessidade de democratização do acesso ao solo, de ampliação do escopo dos serviços de saneamento e de regulação da especulação imobiliária. “Fica o discurso de que choveu mais em um dia do que o previsto para o mês, o que acaba desviando o debate”, aponta.

Ainda de acordo com a pesquisadora, tornou-se hegemônica a concepção de desastre como fruto da “crueldade” da natureza, traduzida no uso da expressão “natural” para designar os desastres por parte do poder público. “Acredito que chamar os desastres de naturais é um discurso ideológico com a intenção clara de dificultar o entendimento deles como fenômenos sociais, como se fôssemos reféns de fenômenos atmosféricos”, critica.

Mudanças climáticas

Também é comum encontrar no discurso dos meios de comunicação e do poder público sobre os desastres, a referência às mudanças climáticas, muitas vezes culpada pelo aumento da incidência e da magnitude dos desastres nas últimas décadas. Para a professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Dirce Suertegaray, é preciso ter cautela com esse argumento. Para ilustrar seu ponto de vista, ela cita o exemplo do que ocorre nas áreas de lavoura de arroz no sudoeste do Rio Grande do Sul. “Essa região, historicamente, tem uma característica de variabilidade climática, com períodos de muita seca. Ali houve uma expansão da lavoura de arroz, e ela exige muita água, que é bombeada dos rios. Isso faz com que o volume dos rios diminua muito. Num período normal de seca, os rios correm mais superficialmente, porque têm muito menos água por conta das lavouras”, diz a professora, que completa: “E o discurso é de que as mudanças climáticas estão fazendo com que os rios tenham menos água, sempre enfatizando o prejuízo da lavoura de arroz, que é de milhões. É até irônico”, constata.

Indústria dos desastres

Na área de prevenção de desastres, a persistência da lógica tecnocrática traduz-se no gosto pelas obras de grande porte. Isso, aliado à facilidade na liberação de recursos por ocasião de desastres, enseja, segundo Norma, o mau uso do dinheiro público e a corrupção. “A cada vez que é decretada situação de emergência em um município, ele opera em estado de excepcionalidade, ou seja, as obras não precisam de licitação e os atos públicos são menos fiscalizados”, explica. Assim, cria-se uma indústria associada aos desastres: “Com a construção de pontes superfaturadas,



Cerca de 13 mil pessoas ficaram desabrigadas após desastres na região serrana do Rio.

distribuição de refeições, colchões e cobertores para os abrigos. Tudo isso com as empresas beneficiadas pelos contratos contribuindo com caixinhas para campanhas de políticos”, afirma.

Presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús (Adarb), em Santa Catarina, Tatiana Richart, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, em novembro de 2011, deu um exemplo de como os fundos de emergência criam oportunidades de lucro fácil para empresas de construção civil. Segundo ela, uma das comunidades da região – atingida por um desastre em 2008 – sofreu problemas de locomoção por mais de um ano por conta da destruição de duas pontes. “Elas finalmente foram reconstruídas, a um custo total de R\$ 750 mil, mas caíram com menos de um ano de uso. Hoje, elas estão sendo reconstruídas por R\$ 1,5 milhão pela mesma empresa que construiu as que caíram”.

Saúde nos desastres

Os desastres, como as enchentes e os deslizamentos, colocam enormes desafios para a saúde pública no Brasil, contribuindo para sobrecarregar ainda mais o SUS. Documento do Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental dos Riscos Decorrentes dos Desastres Naturais (Vigidesastres), do Ministério da Saúde, cita várias formas pelas quais os desastres podem afetar a saúde pública. Segundo o programa, os desastres acarretam, entre outras consequências, um número inesperado de mortes, ferimentos ou enfermidades, que podem exceder a capacidade de resposta dos serviços locais de saúde; danos à infraestrutura de saúde local; interrupção dos sistemas de produção e distribuição de água, bem como dos serviços de esgotamento sanitário, favorecendo a proliferação de doenças como a leptospirose; contaminação microbiológica devido a alagamentos de lixões e aterros sanitários; e a dissolução de comunidades e famílias geradas pela migração, desemprego, perda do patrimônio e mortes de familiares.

Garantir atendimento integral às populações afetadas por desastres, portanto, exige a articulação e integração dos mais diversos setores da saúde, como vigilância epidemiológica, sanitária e os serviços de atendimento. Segundo Guilherme Franco Netto, diretor do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde (SVS/MS), embora

os desastres não sejam um fenômeno novo no Brasil, a atenção à saúde em desastres foi uma área negligenciada. Mas ele afirma que essa situação vem mudando nos últimos anos, e cita como um marco importante na área a criação, em 2005, de uma comissão dentro do Ministério da Saúde com o objetivo de gerenciar o atendimento emergencial nos estados e municípios acometidos por desastres. Segundo Franco Netto, a comissão, composta por representantes da SVS, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), entre outros, tem como objetivo fazer a gestão integrada das ações de saúde durante os desastres.

Integração

De acordo com Franco Netto, no final do ano passado o governo federal deu outro passo importante no sentido de estruturar a assistência à saúde em situações de desastre, com a criação da Força Nacional do SUS. “Com isso, ficou estabelecido que os estados e municípios em situação de emergência de saúde pública, como desastres e pandemias, terão condição de acionar a Força Nacional do SUS, que combina esforços do nível mais estratégico do Ministério da Saúde, através da Secretaria Executiva, até a parte de atendimento de urgências e emergências”, afirma o diretor da SVS, completando: “Até então, todas as áreas atuavam de maneira isolada. A vigilância fazia seu papel e a assistência fazia o dela. Com a Força Nacional, procuramos superar essa visão fragmentada e envolver todas as áreas da saúde durante uma emergência”.

Segundo ele, o processo de estruturação e operacionalização da Força Nacional do SUS ainda é incipiente. “Acredito que em um prazo de três meses teremos o mínimo do mínimo estruturado. Já compramos hospital de campanha, estamos capacitando equipes de voluntários e adquirindo equipamentos. Ao longo

Desastres na Rio+20

Os desastres ambientais devem ser um dos pontos focais dos debates durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. Pelo menos é o que diz o site da ONU sobre o evento, que coloca os desastres como um dos temas críticos para a viabilidade da “economia verde”. Na Rio+20, a ideia é fazer uma avaliação da implementação do Marco de Ação de Hyogo, acordo firmado entre os países participantes da Conferência Mundial sobre Redução dos Desastres, em 2005. O documento, do qual o Brasil é signatário, estabeleceu um plano de ação de dez anos visando a redução do risco de desastres, com cinco prioridades: fortalecer a prevenção aos desastres; reduzir fatores fundamentais do risco (entre os quais a ocupação de áreas ambientalmente frágeis); fortalecer a preparação para os desastres (elaborando planos de contingência e simulados, por exemplo); fomentar a produção e divulgação de conhecimento sobre desastres; e promover a identificação das áreas vulneráveis, com a elaboração, por exemplo, de mapas de risco. A ONU também pretende pactuar na Rio+20 novos planos de ação contra os desastres para além do prazo de vigência estipulado para o Marco de Ação de Hyogo, que expira em 2015.

de 2012, nos reuniremos com os municípios e estados para chegar ao final do ano com modelo estabelecido em todas as esferas de governo”.

Franco Netto ressalta ainda que o governo federal, por determinação da presidente Dilma Rousseff, começa a se movimentar para dar um caráter permanente e integrado às ações dos diversos ministérios envolvidos com os desastres. “Quando havia um desastre, se criava um gabinete de crise, em geral no âmbito da Casa Civil, que era dissolvido com o fim da situação de emergência”, diz. “Agora vamos ter um processo permanente. Houve recentemente uma reunião interministerial convocada pela Casa Civil para apontar o que cada ministério está fazendo na preparação e resposta a desastres, que será compilado em um trabalho integrado que vai passar a ser o referencial monitorado pela Presidência da República”, completa, dizendo ainda que isso sinaliza uma mudança na lógica das ações da União durante os desastres. “Até então, cada órgão tinha a sua regra e eles se juntavam para resolver os problemas concretos. A lógica agora é termos uma visão mais ampla. Isso vai nos obrigar a ter mais diálogo intersetorial”, acredita.

Planejamento urbano e saúde

Mas, se como afirma Guilherme Franco Netto, a área de assistência à saúde durante os desastres vem ganhando corpo dentro do ministério, o papel da saúde na prevenção de desastres ainda é pouco discutido, segundo o pesquisador da Ensp, Carlos Machado. “O setor saúde está muito ligado à resposta, reabilitação, recuperação dos serviços e reconstrução, mas sabemos que temos que ir além. Um desastre resulta da combinação de uma ameaça natural com condições de vulnerabilidade, que podem ser as condições de vida da população, ocupação do solo e planejamento urbano, por exemplo”, aponta. Franco Netto concorda: “Prevenção pressupõe fortalecer o diálogo do setor saúde com áreas de competência sobre os desastres, como planejamento urbano e meio ambiente. Ainda não nos alertamos para essa agenda. Nossos conselhos municipais de saúde participam muito pouco dos planos diretores. A saúde tem que participar desse processo de planejamento de ocupação do território, mas até mesmo nas instâncias de controle social estamos apenas iniciando isso”, avalia.

Para Carlos Machado, o SUS ainda precisa avançar muito na área de gestão da saúde nos desastres, e, para isso, é necessário ter acesso à formulação de políticas de planejamento urbano. Segundo ele, a maior parte dos serviços de saúde da região serrana, no estado do Rio de Janeiro, foi afetada pelo desastre do ano passado, sendo que mais da metade deles estava em áreas vulneráveis a deslizamentos e inundações. “Os serviços de saúde têm que estar onde estão as populações mais vulneráveis, mas quando os equipamentos de saúde são alocados sem uma política de planejamento urbano, sem uma política ambiental, eles acabam em áreas vulneráveis, o que significa que quando há um desastre a população fica sem um recurso essencial”, ressalta. Para garantir o atendimento durante os desastres é preciso que os serviços de saúde sejam alocados em locais seguros. “Não basta a saúde estar onde o povo está, tem que estar de forma segura. Isso quer dizer que o povo também não deveria estar lá”, conclui.

Código Florestal e desastres

Falar em prevenção de desastres implica falar em preservação ambiental. Os desastres na região serrana fluminense dão um exemplo claro dessa inter-relação: de acordo com um relatório de inspeção da área atingida pelas chuvas, do Ministério do Meio Ambiente, dos 657 deslizamentos ocorridos na época, apenas 50 (8%) aconteceram em áreas com vegetação nativa bem conservada. Os outros 607 deslizamentos aconteceram em áreas com alterações na vegetação causadas pela ocupação humana. No relatório da Comissão sobre Defesa Civil, os senadores reconheceram a importância da vegetação na prevenção de enchentes no meio urbano, sugerindo a criação de uma lei que obrigue cada município brasileiro a manter, no mínimo, 20 metros quadrados

de área verde por habitante, como forma de reduzir as enchentes.

Anistia

Entretanto, para os especialistas ouvidos pela Poli, as mudanças que estão sendo propostas para o Código Florestal podem ajudar a aumentar a frequência com que esses eventos ocorrem nas cidades brasileiras e inviabilizar medidas de recuperação de áreas que deveriam ter sido preservadas. É o que afirma o advogado Raul do Valle, do Instituto Socioambiental (ISA). Segundo ele, o novo Código, se aprovado, concederá anistia a quem tenha desmatado ilegalmente antes de 2008. “Essa é uma mudança grande em relação à legislação atual, que diz que todo proprietário tem a obrigação de manter parte de seu imóvel protegida. Esse princípio está sendo quebrado agora. Um grande perdão ambiental vai ser aprovado com essa lei, tanto no meio urbano quanto no meio rural”, afirma o advogado.

Com isso, os assentamentos humanos em locais propensos a enchentes e deslizamentos não terão que ser removidos para recomposição da cobertura vegetal, permanecendo o risco de que essas populações sejam afetadas por um eventual desastre. A anistia pode ter como efeito colateral a indução de novas ocupações em áreas como as margens dos rios e as encostas de morros. “Todas as áreas de habitação serão automaticamente legalizadas e pode acontecer disso incentivar novas ocupações, porque o reflexo da anistia é sempre de que vale a pena apostar contra a lei”, diz Raul.

Mudanças nos parâmetros

Outra alteração no Código Florestal, destacada pela professora da UFRGS, Dirce Suertegaray, é a mudança nos parâmetros de conservação das chamadas Áre-

as de Preservação Permanente (APPs), locais onde a vegetação nativa deve ser mantida por desempenhar a função de preservar os recursos hídricos e a estabilidade do solo. Exemplos de APPs são as margens de rios, áreas ao redor de nascentes, encostas de morros com declividade superior a 45 graus e topos de morros. O Código vigente estabelece parâmetros diferenciados de medição do que deve ser considerado APP nas margens de rios, que variam de acordo com a largura - de 30 metros para os cursos d'água com menos de 10 metros de largura até 500 metros para aqueles com mais de 600 metros de largura. Essa área, pela lei atual, deve ser medida a partir do nível mais alto dos rios, ou seja, durante as cheias. A modificação que está sendo proposta agora é fazer com que essa área seja medida a partir do leito regular dos rios. “Leito regular é por onde o fluxo é normal, sem chuva. Se você muda o parâmetro para o leito regular, amplia a possibilidade de desmatamento e a impermeabilização do solo nas margens dos rios, aumentando o risco de inundações”, esclarece Dirce.

Segundo Raul do Valle, com essa flexibilização, a lei deixará de proteger áreas inundáveis, como, por exemplo, as várzeas, os igapós na Amazônia e o Pantanal, no Centro-Oeste do país. “Essas áreas são riquíssimas em biodiversidade e existem ecossistemas inteiros que dependem da matéria orgânica que esses locais depositam nos rios. Com as mudanças no Código Florestal, essas áreas não estarão mais protegidas”, diz.

Reserva legal

Raul alerta ainda que o projeto de lei que altera o Código Florestal, caso aprovado, também trará mudanças na legislação referente à reserva legal - áreas no interior dos imóveis rurais que devem ser preservadas como complemento às APPs na recarga de mananciais e na conservação

da biodiversidade, mas que não constituem acidentes geográficos, como as APPs. Nessas áreas, é permitido o manejo sustentável da vegetação, como a extração de madeira e de frutos. “Com a reserva legal, você tem um instrumento para garantir um mínimo de preservação, que, segundo estudos, deve ser de 30% da vegetação nativa para que ao longo da bacia hidrográfica haja vegetação não só ao longo dos rios, mas também nos pontos mais altos, onde são as recargas de aquíferos”, explica Raul.

Segundo ele, o projeto de novo Código prevê a possibilidade de que as APPs sejam computadas como reserva legal, reduzindo o percentual mínimo a ser preservado nos imóveis rurais para 20%. Com isso, a capacidade de retenção da água pela vegetação ficará comprometida, contribuindo para que ela chegue mais rapidamente e em maiores quantidades aos rios, causando enchentes no meio urbano, de acordo com o especialista. Além disso, aponta Dirce Suertegaray, a ausência de vegetação propicia a ocorrência de processos erosivos. “Com isso, os rios vão acumulando sedimentos, o que diminui sua profundidade e causa enchentes. É o que acontece, por exemplo, em Santa Catarina, onde os rios, por estarem carregados de sedimentos, chegam à planície transbordando porque o próprio canal não dá vazão”, explica.

Variabilidade climática

O pesquisador Christovam Barcellos, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz) e coordenador do Observatório Clima e Saúde, aponta que as mudanças previstas no Código Florestal podem causar também um aumento dos eventos climáticos extremos. “Esse Código aumenta o que chamamos de fragmentação da floresta. Ao invés de preservar uma grande área florestada, o Código permite que se faça um desmatamento seletivo, com pequenas amostras de floresta espalhadas. Isso aumenta a

Conhecimento para a redução dos desastres

Criado em 2010 com o objetivo de ser um centro de pesquisa e ensino na redução do risco de desastres, o Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres (Ceped) é uma iniciativa que envolve a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A Política Nacional de Defesa Civil previa a implantação de 12 Ceped's no país até o ano 2000, mas, até agora, apenas três foram criados: além do Rio de Janeiro, existem centros em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

“O Ceped está sendo estruturado para dar conta de todas as questões que envolvem os desastres, mas, para o setor saúde, o foco está principalmente nas ações de resposta, na reabilitação dos serviços básicos de saúde e na reconstrução”, diz seu coordenador, Carlos Machado. Segundo ele, a estruturação de centros de pesquisa com o Ceped também deve contribuir para promover uma cultura de prevenção aos desastres no país. “Não há uma boa capacidade de redução de riscos sem produção de conhecimento. Quase não temos profissionais formados no país para a área de desastres. Sem a produção de massa crítica não tem como falar em prevenção”. Entre os projetos para os quais o centro já obteve recursos está o de criação de material didático para capacitação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e de técnicos em Vigilância em Saúde na área de desastres, projeto que conta com a colaboração da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Guilherme Franco Netto explica que o projeto faz parte de uma estratégia para envolver os profissionais de atenção básica na área. O professor-pesquisador da EPSJV, Mauricio Monken, conta que o curso, em fase de elaboração, terá 90 horas-aula e será oferecido pelas unidades da Fiocruz no Rio de Janeiro, Manaus, Pernambuco e no Pantanal, além de uma instituição ainda não definida em Santa Catarina. “Os desastres vão ser uma atribuição desses profissionais também. Isso não estava firmado como conteúdo para esse tipo de trabalhador, mas é uma área que está se desenvolvendo agora”, diz Monken. Segundo Carlos Machado, esses dois profissionais foram escolhidos por atuar de maneira mais próxima das comunidades vulneráveis aos desastres. “Qualificar esses profissionais é vital para que eles aprendam a se proteger e levem esse conhecimento para a comunidade, para que, na hora do desastre, quando as comunicações e as vias de acesso estiverem interrompidas, eles possam contribuir para dar uma primeira resposta”.

variabilidade climática”, aponta Barcellos. O pesquisador explica que onde há campos enormes de monocultura, rodeados por pequenas ilhas de vegetação, existem diferenças na capacidade de retenção da umidade e calor. “Se você tem calor de um lado e frio do outro, o resultado é o vento, que é provocado pela diferença de pressão entre um lugar com acumulação de calor e outro sem esse acúmulo. Ventos intensos e rápidos podem intensificar eventos extremos”.

Modelo de desenvolvimento

Segundo Barcellos, o projeto de revisão do Código Florestal favorece os proprietários rurais ligados ao agronegócio, com a ampliação da área passível de ser utilizada comercialmente. “É preciso repensar esse modelo de ocupação do território, que é devastador. Temos que parar de conquistar áreas novas e refazer as áreas antigas”. Para ele, a saúde tem um papel importante na discussão sobre modelos de desenvolvimento, no qual a revisão do Código Florestal se insere. “O setor saúde tem tido o papel de ficar responsável pelas consequências do modelo, com pouca capacidade de influir sobre as políticas. A saúde tem que mostrar o lado negativo desse modelo de desenvolvimento e apresentar alternativas, mas ainda estamos muito alheios a isso”, conclui. ●

PADRE JOÃO

‘É um absurdo a academia insistir na tese de que há níveis toleráveis de agrotóxicos e que essas quantidades não têm efeito negativo em nossa saúde’

Raquel Júnia

A batalha contra a intensa utilização de agrotóxicos no país ganhou também o Congresso Nacional. No final de 2011, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou um relatório que revela os riscos desses venenos para a saúde humana e ambiental. Após mais de seis meses de trabalho de investigação e de escuta de todos os setores envolvidos na produção, comercialização, utilização e pesquisa dos agrotóxicos, a subcomissão criada especialmente para estudar o tema concluiu que o ideal é que esses produtos parem totalmente de ser usados na agricultura do país. O deputado Padre João (PT-MG), autor do relatório, conta, nessa entrevista, as falhas que os parlamentares encontraram na legislação brasileira, as contradições nos discursos dos defensores dos agrotóxicos e as alternativas ao uso desses venenos, vistas de perto pelos deputados.



Divulgação

O relatório da subcomissão especial sobre o uso de agrotóxicos e suas consequências à saúde aponta que quando se fala de substâncias tóxicas, como os agrotóxicos, não há como suprimir o risco envolvido na utilização desses produtos, apenas reduzi-lo a níveis aceitáveis. O Brasil hoje utiliza agrotóxicos de forma a reduzir os riscos a níveis aceitáveis?

Infelizmente não. E esse é um aspecto muito delicado, porque estamos falando de algo que está sendo ingerido junto com nossa alimentação. Não temos o controle sobre o uso dos agrotóxicos nem na produção, nem na comercialização, muito menos na utilização desses venenos, que é feita intensamente no campo e até mesmo nas cidades, onde existem as tais capinas químicas (método de controle da vegetação com o uso de agrotóxicos). Então, os agrotóxicos atingem diretamente o campo e a cidade e, indiretamente, toda a população brasileira na forma de resíduos nos alimentos.

Qual a dimensão do risco que a população brasileira está correndo?

Infelizmente somos os campeões no consumo de agrotóxicos, e esse título não gostaríamos nunca de carregar. Levando-se em conta toda a América Latina, 80% de todo o agrotóxico é consumido aqui no Brasil, apesar de haver outros países vizinhos com produção agropecuária, como a Argentina. Trata-se de um grande problema que nós temos no dia-a-dia e a população não tem clareza desse risco. O pessoal do agronegócio e, infelizmente, alguns setores da academia insistem em dizer que não há problema em utilizar agrotóxicos. Mas precisamos pensar: recomendamos às pessoas que comam frutas, porque elas têm miligramas de vitaminas e nutrientes. Apesar de serem pequenas partículas dentro de uma fruta, esses nutrientes são importantes para o organismo. Uma laranja, por exemplo, tem alguns miligramas de vitamina C. É algo pequeno, mas isso tem efeito positivo para a saúde das pessoas, mesmo que seja a médio e longo prazo. Agora, quando pensamos em termos de resíduos dos agrotóxicos, também estamos falando de partículas pequenas que são consideradas toleráveis. Porque vamos acreditar que, após 30, 40 anos de ingestão, esses resíduos não causam impacto negativo em nossa saúde, da mesma forma que os miligramas de nutrientes das frutas exercem impacto positivo? É um absurdo a própria academia insistir na tese de que há níveis toleráveis de agrotóxicos e que essas quantidades não têm efeito negativo em nossa saúde, se nós ingerimos alimentos com diversos tipos de agrotóxicos e tudo isso se reúne em nosso organismo.

O relatório fala das dificuldades em comprovar a relação entre o uso de agrotóxicos e o surgimento de doenças, apesar de várias evidências. A subcomissão realizou uma ausculta pública na cidade de Unai (MG), onde são diagnosticados cerca de 1.260 casos de câncer por ano em cada 100 mil pessoas, enquanto a média mundial não ultrapassa 400 casos. Ainda são necessárias novas evidências da relação de causa e efeito entre o uso de agrotóxicos e doenças como o câncer e outras?

Nós temos algo bem evidente. Vimos situações, sobretudo no Noroeste de Minas Gerais, na região de Unai, de pessoas que perderam um rim. Quando essa intoxicação por agrotóxicos é direta ou aguda, ela apresenta um efeito nítido que provoca a perda do rim, além de problemas na pele e outras doenças. Mas o grande problema são os efeitos a médio e longo prazo, sobretudo para quem tem essa convivência ainda maior, embora todos nós sejamos atingidos quando ingerimos os alimentos. Os defensores dos agrotóxicos insistem em dizer que não existe essa relação entre esses venenos e as doenças, mas isso ficou muito claro para nós da subcomissão nas regiões onde há utilização em grande escala e muito concentrada dos agrotóxicos, como no Noroeste de Minas Gerais, na região do Jaíba (Norte de Minas Gerais), em Lucas do Rio Verde (GO), em Mato Grosso e em Petrolina (PE). Está claro que o índice de câncer nessas regiões está muito maior do que o índice mundial, então, onexo causal é muito evidente. Outro grande problema que percebemos é que existe um lobby muito forte sobre os próprios profissionais de saúde para que eles não registrem os casos de intoxicação. Temos depoimentos do Leste de Minas Gerais informando que uma pessoa morreu intoxicada por agrotóxicos em uma lavoura de café, e no atestado de óbito constou como infarto.

É possível que haja responsabilização criminal em casos como esse?

É importante destacar que se trata de um crime. Por isso, temos propostas de projetos de lei e, entre eles, um projeto que tipifica essa subnotificação do profissional de saúde como uma infração sanitária grave. A punição recairia, nesse momento, sobre o profissional de saúde porque é dele que parte a prova. Daí, seria desencadeada uma série de outros processos, mas, sem essa prova, ficamos nesse dilema. Então, a raiz do problema é a subnotificação. Se reduzirmos isso, vamos ter dados precisos e poderemos envolver todos os responsáveis – o proprietário da lavoura, quem vendeu o agrotóxico sem orientação, as empresas produtoras. Hoje, temos um quadro de subnotificação generalizada. Infelizmente, falta capacitação para os médicos e enfermeiros. Apenas agora, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), junto ao Ministério da Saúde, fará a capacitação com formação à distancia para cerca de 400 profissionais de saúde. A previsão é que essa formação seja ampliada a cada semestre, mas ainda assim falta capacitação na própria academia, na grade de formação dos cursos dos profissionais de saúde.

“ Não temos o controle sobre o uso dos agrotóxicos nem na produção, nem na comercialização, muito menos na utilização desses venenos.”

Após a conclusão dos trabalhos da subcomissão é possível avaliar se a legislação brasileira é muito permissiva aos agrotóxicos ou se o problema está mesmo no descumprimento da legislação vigente?

Ela é permissiva no que diz respeito aos incentivos, como a isenção de impostos. Há uma política de incentivo ao uso de agrotóxicos baseada na tese do abastecimento, do Brasil como celeiro do mundo. Com uma visão muito equivocada de segurança alimentar, como se segurança alimentar fosse apenas quantidade e não visasse também qualidade, essa tese leva a essa quantidade de isenções. Por outro lado, as legislações que existem sobre pulverização aérea, por exemplo, e o próprio receituário agrônômico não são cumpridas e não há uma fiscalização. O aparato fiscalizador do nosso país chega a ser ridículo. Temos 90 técnicos capacitados para isso, somando os profissionais da Anvisa, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Ministério da Agricultura e Pecuária. E dentro desses 90, menos de 50 efetivamente fiscalizam. Isso para um país continental, onde a agricultura e a pecuária são muito fortes, não é nada, não dá para atender nem uma unidade da federação. Então, temos que aprimorar a legislação. Por isso, o próprio relatório traz algumas propostas e ainda estamos estudando outras, porque se viessem todas no bojo do relatório nós teríamos problemas para aprová-lo por causa do lobby que existe também no próprio Congresso. Mas nada adiantará se não estruturarmos esse aparato fiscalizador, seja do Meio Ambiente – e aí seria o Ibama e a Agência Nacional das Águas (ANA), que não tem nenhum controle e nenhuma informação sobre a contaminação das águas pelos agrotóxicos –, seja da Saúde, com a Anvisa e também no campo da saúde do trabalhador, além do próprio Ministério da Agricultura e Pecuária. Os fiscais do Ministério do Trabalho não têm nenhuma capacitação para lidar com a contaminação dos trabalhadores e a qualidade de vida deles em relação aos agrotóxicos. Também em relação à fiscalização, sugerimos que o receituário agrônômico tenha cinco vias, ao invés das duas que possui atualmente, de

maneira que uma via seja enviada obrigatoriamente para os governos dos estados e outra para o governo federal. Já existe uma lei sobre a necessidade do receituário, mas ela não foi bem regulamentada e, por isso, estamos propondo novos projetos de lei, para que a fiscalização funcione de fato e possamos penalizar quem se omitir nas informações.

“O aparato fiscalizador do nosso país chega a ser ridículo. Temos 90 técnicos capacitados para isso e, dentro desses 90, menos de 50 efetivamente fiscalizam. Isso para um país continental, onde a agricultura e a pecuária são muito fortes, não é nada.”

No relatório, a subcomissão observa também que, apesar dos riscos, as autoridades brasileiras acreditam que os benefícios advindos dos agrotóxicos na produção agrícola superam os malefícios. Como superar esse pensamento?

Esse pensamento está no bojo dessa tese: ‘agora chegaremos a 7 bilhões de seres humanos, então, temos que produzir alimentos e não há como produzir hoje sem agrotóxicos’. E isso não é verdade. Se, de um lado, a maioria pensa assim, tem outra parte que pensa diferente e já vem, na prática, buscando a superação do uso dos agrotóxicos. Durante as audiências públicas e as visitas, fizemos questão de ir também a áreas de produção orgânica, que estão produzindo com qualidade e regularidade e cuja produção hectare/ano está superando aquelas que utilizam os agrotóxicos, até em produções como a de cana-de-açúcar. Recebemos proprietários de grandes usinas, que estão produzindo mais de 120 toneladas hectare/ano de cana, em uma média de 100 hectares. Visitamos também a fazenda Malunga, no entorno de Brasília, e pudemos constatar a produção em grande escala que é feita lá, com mais de 100 trabalhadores, produzindo sem agrotóxicos. Então, esse pensamento das autoridades brasileiras é consequência de uma cultura que veio ganhando espaço através das universidades desde a década de 1970, com a superação das sementes criollas, tudo muito bem montado pelas multinacionais. São as mesmas empresas que já conhecemos, como Monsanto, Syngenta e Dow, cuja força nas universidades desde a década de 1970 violentou a agricultura tradicional e familiar, levando a uma ruptura cultural violenta. As próprias empresas de assistência técnica também ficaram reféns dessas multinacionais dos agrotóxicos. Eu não estava no Congresso na legislatura passada, mas nossos deputados e senadores foram enganados quando aprovaram os transgênicos, com o discurso que iriam reduzir o uso dos agrotóxicos. Essa era a tese do agronegócio, uma mentira. Hoje, dobramos o consumo de agrotóxicos e, mesmo quem produz transgênicos, precisa utilizar agrotóxicos e em grande escala. Enganaram o Congresso.

A Revista Veja publicou recentemente uma matéria com o título ‘A Verdade sobre os agrotóxicos’. A publicação diz que esses produtos não representam riscos à saúde. Além disso, utilizando como fonte o coordenador geral de agrotóxicos do Ministério da Agricultura, Luís Eduardo Rangel, a revista afirma que o registro dos agrotóxicos no país é muito caro. O que o relatório aponta sobre isso?

Essa matéria da Veja não me espanta. É ridícula e não corresponde à realidade da vida, dos trabalhadores do campo e do povo brasileiro. O valor pago pelo registro no Brasil é irrisório se compararmos com o custo

do registro nos Estados Unidos, por exemplo. Inclusive, estamos com projetos para aumentar o valor da taxa, tanto para o registro, quanto para a avaliação. E exigimos também a reavaliação dos agrotóxicos a cada cinco anos. Atualmente, o produto fica registrado por um tempo indeterminado e não tem acompanhamento dos riscos para determinar se ele precisa ser retirado ou não do mercado.

Que políticas públicas seriam necessárias para que outro tipo de agricultura fosse potencializada no país?

Nós já fizemos algumas recomendações ao governo federal, reforçamos, por exemplo, a necessidade de avançar na pesquisa e na assistência técnica para a produção agroecológica porque quando dizem que não dá para produzir sem veneno, na verdade, o que falta é assistência técnica porque toda a assistência e toda a pesquisa estão voltadas para a produção com agrotóxicos. É lamentável quando visitamos algumas áreas e os próprios agricultores é que estão fazendo experimentos sem o uso de agrotóxicos. Não cabe ao agricultor fazer experimentos, cabe ao Estado brasileiro propiciar isso através das empresas de pesquisa e garantir ao agricultor uma assistência técnica para dar segurança para aquele investimento que ele está fazendo. É lamentável que apenas 22% dos produtores rurais do país tenham assistência técnica. Outro dado importante é que em algumas áreas rurais os índices de analfabetis-

Segundo o relatório da Câmara dos Deputados, enquanto no Brasil o registro de um novo agrotóxico custa de 53 a 1 mil dólares, nos Estados Unidos chega a custar 630 mil dólares. Já na reavaliação desses produtos ou nos casos de alteração nos registros, no Brasil, a empresa fica isenta, enquanto nos EUA, os interessados pagam 150 mil dólares em caso de reavaliação e de 100 a 425 dólares para manutenção anual, taxa que também não é cobrada no Brasil.

mo chegam a 25%. Então, um público com alto percentual de analfabetismo, sem assistência técnica, está lidando com veneno no dia-a-dia. São trabalhadores e trabalhadoras reféns dessas multinacionais. Por isso, além de avançar na assistência técnica, temos também que aumentar os impostos para essas empresas, porque trazem prejuízos à saúde, ao Sistema Único de Saúde (SUS), à Previdência Social. São muitos trabalhadores obrigados a se aposentar de maneira prematura. Portanto, os agrotóxicos trazem grande prejuízo para o povo brasileiro e, ainda assim, recebem incentivos. Temos que dar incentivo é para a produção agroecológica, que produz alimentos que garantem saúde e vida para o povo. Infelizmente, a produção agroecológica não tem incentivo.

O relatório apresenta também dados sobre a destinação final das embalagens dos agrotóxicos. Qual a dimensão desse problema?

Esse é um problema muito grave. Os dados que as empresas apresentaram de retorno das embalagens vazias de agrotóxicos não correspondem à verdade. O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev), fundado pelas próprias empresas, trabalha com um número bem menor do que o total das empresas de agrotóxicos no Brasil. Eles trabalham com menos de 100 empresas, e, no total, são 136 com registro no país. Outro problema sério é quando o estabelecimento comercial obriga o agricultor a assinar um termo de compromisso que o responsabiliza pela entrega da embalagem no posto de recolhimento estipulado pelas empresas. Muitas vezes, esse posto está distante 300 quilômetros da propriedade rural. Tem estado com apenas um posto de coleta. Então, é algo totalmente precário, recolhem o mínimo e insistem que colem 94% das embalagens. E essa embalagem não coletada é reutilizada na própria lavoura, como eu disse anteriormente, pelo problema do analfabetismo e da falta de orientação. De forma inocen-

te, as pessoas reutilizam as embalagens para uso doméstico, em currais, e até para armazenar alimentos.

Outro apontamento do trabalho da subcomissão é uma maior integração entre os setores responsáveis pela fiscalização dos agrotóxicos e os órgãos estaduais. Mas sabemos que há um pensamento predominante de defesa do agronegócio e de métodos deste modelo de produção que tem se mostrado prejudiciais à saúde humana e ambiental. Como potencializar a fiscalização dos agrotóxicos diante desse quadro de governos que defendem as práticas do agronegócio?

Só vamos ter essa realidade quando a população tomar consciência de que ela está sendo envenenada a cada dia. Nesse sentido, eu saúdo o cineasta Silvio Tendler que, com o filme 'O veneno está na mesa', aborda essa realidade. A população tem que criar essa consciência coletiva e dar um basta. Não dá para esperar isso dos governos e dos políticos porque essas empresas também financiam campanhas políticas. No próprio Congresso, a maioria está em defesa do agronegócio, que não abre mão da utilização de veneno na produção de alimentos. E é lamentável quando temos uma mesma empresa que mata o povo com uma mão e dá o remédio com a outra. A Bayer, por exemplo, ao mesmo tempo que fabrica venenos, também produz medicamentos. Essa legislação precisa ser revista com urgência.

A conclusão do relatório aponta que o ideal seria o banimento total dos agrotóxicos e que isso pode acontecer a médio e longo prazo. De que forma isso pode ser feito?

Eu não posso dizer que essa mudança será em 10 ou 20 anos, mas acredito e vou lutar por ela. Quem diria que a Alemanha daria um basta à energia nuclear, com a meta de em 2020 não ter nenhuma usina nuclear funcionan-

O documentário 'O veneno está na mesa' foi produzido com o apoio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e faz parte da Campanha Nacional contra o uso de agrotóxicos.

do? E justo em um país que não tem disponibilidade solar e de recursos hídricos, mas está criando condições para ter energia renovável. Eu acredito que um país como o nosso, com terra fértil, água e com tantos experimentos bem sucedidos na produção agroecológica, conseguirá alimentar não só os 200 milhões de brasileiros, mas dar uma grande contribuição para todos os outros continentes na produção de alimentos que vão garantir saúde e vida para o povo. Hoje, a grande produção está enganando a população, porque a pessoa compra pimentão, mas está comprando pimentão mais veneno. E muitos ainda não têm clareza que não basta apenas lavar o alimento. Isso retira apenas o resíduo externo, não o veneno, que está impregnado no alimento. Precisamos de uma posição do governo federal, junto com o Congresso, para banir de vez a utilização de agrotóxicos. Por isso, é urgente avançarmos na pesquisa e na assistência técnica para produção agroecológica. As indicações da subcomissão já foram encaminhadas aos diversos setores do poder público. Agora, iremos trabalhar cada uma delas fazendo gestões nos ministérios para os quais foram feitas as recomendações, além da Secretaria Geral da Presidência da República e da Casa Civil. O que nos alegra é que o próprio secretário geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, cultiva uma produção agroecológica em seu sítio e tem essa consciência. Esperamos buscar dentro do próprio governo pessoas que tenham essa consciência e possam entrar nessa luta. A Fiocruz, a Anvisa, algumas universidades que já estão comprometidas, os movimentos sociais, todos são estratégicos. Temos que unir o campo e a cidade para criarmos as condições para a superação do uso de agrotóxicos, já que nossa vida depende do que comemos e bebemos. ●

Estragos da chuva: passado e presente

“Caraguatatuba está sob a lama. Sábado à tarde, depois de três dias de chuva, começou o deslizamento dos morros. Árvores foram arrancadas e arrastadas pela enxurrada, levando pessoas, animais e casas. Toda Caraguatatuba [...] foi varrida. Oitenta corpos já foram recolhidos, muitos deles ainda não identificados e por ora não se pode prever o número de mortos: muitos lugares populosos não podem ser atingidos”. Assim começava a reportagem do jornal Folha de São Paulo sobre aquele que entraria para a história como o quarto maior desastre do Brasil: ao todo, 436 pessoas morreram em decorrência de deslizamentos de terra causados por chuvas fortes no litoral norte de São Paulo, em março de 1967. Em janeiro daquele mesmo ano, deslizamentos de terra já haviam deixado um saldo de 785 mortos na cidade do Rio de Janeiro.

45 anos depois...

“Eu vou repetir o que eu tenho dito: morrerão pessoas neste verão e nos próximos. Nós não vamos ter um sistema capaz de impedir vítimas. Não queremos criar qualquer tipo de ilusão. Não há como impedir especialmente deslizamentos, em que temos entre duas e seis horas para tirar uma comunidade, uma favela, um bairro inteiro. Não temos tradição, não temos estrutura, não temos mobilidade para isso”. (Aloizio Mercadante, então ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, durante audiência pública no Senado, em dezembro do ano passado).

PRA LEMBRAR

17 de março

Começava, em Brasília, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, a primeira a contar com a participação popular nos debates. O relatório final da conferência definiu as bases do Sistema Único de Saúde (SUS), que seria criado em 1988.

21 de março

Nesse dia, em 1960, em pleno *apartheid* na África do Sul, manifestantes negros protestavam contra uma lei que os obrigava a portar cartões de identificação especificando os locais por onde poderiam circular. A manifestação foi reprimida com violência pela polícia, que atirou contra a multidão matando 69 pessoas e ferindo 186. Em memória à tragédia, que ficou conhecida como Massacre de Sharpeville, a Organização das Nações Unidas instituiu 21 de março como o Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial.

28 de abril

Nasceu, em 1865, Vital Brazil, considerado um dos mais importantes sanitaristas brasileiros. Atuou no combate a epidemias de febre amarela, varíola, cólera e peste bubônica no interior paulista.

Usuários de crack no centro das atenções

Programa do governo federal aposta no incremento de estruturas para tratamento aos usuários da droga e mantém possibilidade de convênio com as polêmicas comunidades terapêuticas. Mas quais devem ser as bases para o cuidado aos usuários de drogas?

Cátia Guimarães
Raquel Júnia

O “Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas” está disponível em www.pol.org.br



Presidente Dilma lança o Plano de Enfrentamento ao uso do Crack em Brasília.

Nos últimos meses, o crack ocupou as páginas dos principais jornais do país, assim como as notícias das ações, algumas bastante polêmicas, realizadas pelos governantes para combater o uso da droga, como a internação compulsória de usuários do crack e as ações policiais nas chamadas ‘cracolândias’. Com os holofotes da imprensa sobre o assunto, no final de 2012, o Ministério da Saúde lançou o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, com o slogan ‘Crack, é Possível Vencer’. Bem antes do lançamento do plano, já no discurso de posse, a presidente Dilma prometeu que esta seria uma das prioridades de sua gestão. O ‘Crack, é Possível Vencer’ prevê medidas em três eixos de atuação - cuidado, autoridade e prevenção - e mantém a possibilidade de convênio com as chamadas comunidades terapêuticas, um dos pontos mais criticados do programa.

Segundo o Ministério da Saúde (MS), o plano investirá R\$ 4 bilhões no “enfrentamento” à droga. No eixo cuidado, está prevista a reformulação da ‘Rede Conte com a Gente’, que inclui estruturas já existentes e outras novas para atender aos usuários, como as enfermarias especializadas dentro de hospitais públicos. Também serão criadas Unidades de Acolhimento, que, segundo o MS, funcionarão como moradias temporárias nas quais os usuários de crack receberão cuidados clínicos. Além disso, serão pontencializados os já existentes ‘consultórios de rua’ – equipes multiprofissionais que abordam usuários de drogas nos locais de consumo – e os Centros de Atenção Psicossocial especializados em usuários de Álcool e Drogas (Caps AD). De acordo com o Ministério da Saúde, as comunidades terapêuticas, coordenadas por entidades sem fins lucrativos, também poderão fazer parte da ‘Rede Conte com a Gente’.

O reconhecimento dessas instituições como possíveis espaços de tratamento aos usuários de crack foi o que gerou mais críticas ao plano. O papel de recuperação e cuidado que as chamadas comunidades terapêuticas e outras instituições de internação cumprem para os usuários não apenas de crack, mas também de outras drogas, é bastante controverso. Pouco antes do lançamento oficial do programa, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) entregou ao Ministério da Saúde um relatório contendo várias denúncias de irregularidades encontradas pelo Conselho em alguns desses espaços, como utilização de mão de obra não remunerada, preconceito por orientação sexual e religiosa, violação de privacidade, torturas psicológi-

cas, falta de acesso a atendimento médico e à rede de educação. A Comissão de Direitos Humanos do CFP inspecionou 68 unidades em 24 estados e no Distrito Federal. O relatório foi entregue ao Ministério da Saúde e ao Ministério Público, e também apresentado na 14ª Conferência Nacional de Saúde, que aprovou uma moção de repúdio ao financiamento do governo federal à comunidades terapêuticas. Por meio de sua assessoria de imprensa, o Ministério da Saúde confirmou que o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, recebeu o relatório em audiência com representantes do CFP. Questionado sobre que providências foram tomadas em relação às denúncias, o Ministério reforçou que as instituições denunciadas no relatório não recebem recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e respondeu apenas que “quem fiscaliza [as comunidades terapêuticas] são as unidades das vigilâncias sanitárias locais, de acordo com os critérios estabelecidos pela Anvisa”. Sobre os critérios para que instituições desse tipo sejam conveniadas ao SUS, a assessoria disse que “a partir do novo programa 'Crack, é Possível Vencer', elas terão que aderir ao plano por meio de projetos que precisam atender às exigências técnicas necessárias”.

O professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, Marco Aurélio Soares, explica que as chamadas comunidades terapêuticas que existem atualmente, a maior parte delas criadas por entidades religiosas, não têm nenhuma relação com o conceito original. “O que existe no Brasil nem se aproxima da ideia verdadeira de comunidades terapêuticas, que foram pensadas pelo psiquiatra inglês Maxwell Jones como espaços democráticos, onde as pessoas ficam se quiserem, participam de assembléias, etc”, observa Marco Aurélio, que também coordena na EPSJV/Fiocruz o Curso de Atualização Profissional

em Atenção ao uso prejudicial de Álcool e outras Drogas, destinado a profissionais de saúde.

Drogas como uma questão de saúde pública

O coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Roberto Tykanori, explica a partir de quais diretrizes a política de enfrentamento ao crack do governo federal está sendo criada. “Como se trata hoje de um tema bastante polêmico, é fundamental, do ponto de vista ético-político, nos atermos àquilo que a Constituição nos garante. O artigo 5º é uma referência fundamental no que tange a qualquer ação na área da educação, da saúde, da justiça ou da polícia. Em situações polêmicas ou extremadas, há uma tendência a querer suprimir ou fazer vista grossa em relação à garantia dos direitos individuais”, diz. Tykanori acrescenta que do ponto de vista técnico, o Ministério fez uma projeção do tamanho do problema com o crack, embora existam poucas informações já disponíveis. “As informações que temos não são muito consistentes, então, trabalhamos com números projetados, estatísticas de outros países e dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). O princípio orientador da política de crack é que as pessoas vão depender de vários tipos de abordagem dependendo da situação como se encontram, então, adequaremos a oferta à variedade de necessidades. Esse princípio é o que organiza hoje a rede de atenção aos usuários de crack e outras drogas”, complementa.

O consumo de drogas no país e as conseqüências que essa prática pode trazer não são novidades, mas então, porque o crack virou o assunto do momento? “O crack de fato tem algumas características diferentes das outras drogas. É muito barato, muito portátil e acessível, tem uma absorção extremamente rápida, mais rápida até do que as

drogas injetáveis. É possível sentir os efeitos do crack em 7 a 10 segundos, enquanto as drogas injetáveis demoram 30 segundos para provocar algum efeito”, explica o pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz), Francisco Inácio Bastos, que também é médico e há vários anos trabalha pesquisando o tema e atendendo usuários de drogas. “E tem outro aspecto que não tem nada a ver com a substância em si: pela primeira vez na história do país não há mais uma coincidência quase total entre cenas de uso abertas em locais públicos e as comunidades faveladas. O consumo se dá hoje em outros locais públicos que não são favelas. Isso despertou na mídia, na sociedade em geral, nos políticos, uma perplexidade que antes não existia”, analisa o pesquisador.

O médico coordena uma pesquisa sobre o perfil dos usuários e o consumo de crack em todo o país, desenvolvida pela Fiocruz e pelo Ministério da Saúde em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad). “Visitamos há pouco tempo uma cena de uso de crack e pela primeira vez nós encontramos pessoas que acamparam nesse local. Aqui pertinho da Fiocruz, encontramos barracas, refresco, refrigerante, é como se esses usuários tivessem montado uma ocupação semi-permanente. Não existia isso antes, havia cenas de

O Artigo 5º da Constituição brasileira diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. O artigo garante ainda uma série de direitos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, entre eles o direito fundamental à vida. Além disso, estabelece que ninguém poderá ser submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante e garante a liberdade de manifestação do pensamento.

droga, mas não com essas características”, fala, sobre a atual visibilidade do consumo de crack.

Francisco Inácio acredita que as políticas sobre drogas devem apostar na criação de pontes entre as comunidades e os locais de tratamento, já que uma grande dificuldade é a procura espontânea pelos serviços de saúde. “As melhores políticas no mundo inteiro, e isso não é nenhuma novidade, são as que estabelecem essa ponte, porque muito dificilmente conseguimos que uma pessoa que está numa cena [de consumo de drogas] saia espontaneamente para frequentar um serviço regular. Obviamente, a pessoa que usa crack de uma forma contínua se vê as voltas com vários problemas de saúde, então, acaba indo mais para as UPAS [Unidades de Pronto-Atendimento], para buscar um tratamento emergencial para problemas respiratórios, odontológicos, do que para um Caps, quando deveria ser o contrário”, observa. O pesquisador explica que, com isso, os serviços de emergência ficam sobrecarregados. “Isso não é um problema exclusivo do crack, essa distorção de demandas de saúde no Brasil é histórica. A pessoa está com gripe e não consegue marcar consulta, então vai para uma emergência. A emergência no Brasil é tampão, ela atende praticamente tudo, e o crack só veio trazer mais gente, mais demandas e mais distorção”, comenta.

Para Francisco, propostas como a dos consultórios de rua podem ser uma boa solução para estabelecer a ponte entre os usuários e os serviços de saúde adequados. De acordo com ele, um exemplo dessa ponte é a experiência do Centro de Saúde - Escola Germano Sinval Faria da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (CSEGSF/ENSP/Fiocruz), cujo fluxo de usuários de crack melhorou após a implementação de um consultório de rua e de outra unidade trabalhando em sintonia – a Clínica da Família Victor Valla (localizada no bairro de Manguinhos, no entorno da Fiocruz) – ambos com atuação nas proximidades das cenas de consumo de drogas. “Esse exemplo está mostrando que o trabalho pode funcionar bem se contarmos com equipes motivadas e bem treinadas. O que não pode acontecer é o que vinha sendo proposto antes. O cara é

um agente de saúde que passou a vida toda trabalhando com saúde materno-infantil e agora passa a ter que lidar com o crack. É uma população e um recorte demográfico totalmente diferentes. Dessa forma não funciona”, alerta.

Crack e exclusão

O professor do Departamento de Saúde da Família da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Tarcísio Andrade, considera que é um equívoco abordar o uso do crack como uma questão específica, sob o risco de desvincular o problema do contexto em que está inserido. “Pensando na perspectiva sócio-econômica, nós temos inevitavelmente uma melhora das condições de vida e da renda do povo brasileiro, mas nós temos um segmento populacional, na faixa de 15 a 25 anos, ainda fora do mercado de trabalho e sem nível educacional para assumir qualquer posição nesse mercado, porque não tínhamos até então nenhuma programa voltado para essa população. O erro da política atual é não enxergar esse aspecto”, avalia. Segundo Tarcísio, o grande contingente de usuários de crack, sobretudo homens jovens, vive uma vida sem perspectivas concretas, o que não pode ser desconsiderado. “Embora a mídia e a própria estrutura capitalista o tempo inteiro digam que tudo é possível, isso não é verdade. É como se fossem chamados para a festa e acabassem barrados no baile. Há essa falsa ideia de igualdade e essa população está excluída. É essa mesma população que constitui o maior contingente de pessoas que recorrem a práticas ilícitas para tocar a vida adiante, seja do ponto de vista subjetivo para ter visibilidade, para ser visto de alguma forma socialmente, seja do ponto de vista concreto da própria sobrevivência”, pontua.

Para o professor, outro equívoco é considerar que todos os usuários de crack têm o perfil de moradores de rua. Tarcísio trabalha há mais de 15 anos

Formação em álcool e drogas

“Eu sou médico, e durante meus seis anos de faculdade, não tive uma única aula que falasse sobre manejo e abuso de drogas. Como eu segui essa carreira, só fui estudar esse tema durante a residência em psiquiatria. Estou falando de médicos, mas a situação é a mesma para qualquer profissional de saúde. E o problema das drogas existe, então ele irá aparecer nas UPAS [Unidades de Pronto-Atendimento], nas emergências. Não é à toa que volta e meia morrem pessoas, inclusive artistas. E isso não ocorre apenas no Brasil”, diz Francisco Inácio. Para ele, a formação é um dos principais gargalos na atenção em álcool e drogas no país. A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad) reconhece que muitos cursos não têm a temática em seus currículos. Segundo a secretária Paulina Duarte, desde 2003, a Senad realiza cursos de capacitação para profissionais de diversas áreas. “Em 2011, a Secretaria promoveu 13 cursos, sendo sete a distância e seis presenciais, somando quase 88 mil profissionais capacitados. Entre eles, destaca-se o curso ‘Supera – Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento’. Também em 2011, foram implantados em instituições públicas de ensino superior 49 pólos de formação permanente para capacitação presencial contínua de profissionais efetivamente atuantes nas áreas da saúde, assistência social, justiça e segurança pública, chamados Centros Regionais de Referência (CRR)”, informa.

com usuários de drogas e foi um dos pioneiros no país na implementação de políticas de redução de danos. O professor coordena hoje o programa de extensão da UFBA, Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti. “A população de rua constitui a ponta do iceberg. O grande contingente que usa crack e que mais sofre com as consequências do uso de crack, não pelo viés da droga em si, mas pelo viés de ser uma prática ilícita, socialmente inaceitável, é de jovens negros, que morrem com 25 anos de idade. Essas pessoas têm casa, familiares, e vivem com um cerceamento de liberdade enorme, porque alguns bairros nas grandes cidades brasileiras são bairros divididos, sequer podem cruzar de um lado pra outro”, define. O professor conta que participou recentemente de um estudo sobre os usuários de crack no Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Macaé (RJ), cujos dados ainda estão sendo analisados. “Na realização dos grupos focais, quando perguntávamos aos usuários moradores de rua o que eles pensam da vida para daqui um ano, eles respondiam: ‘eu espero que eu possa ter uma casa, é muito ruim viver na rua’. Quando fizemos essa pergunta para as pessoas de bairro, vários deles disseram: ‘eu não sei o que vai acontecer comigo daqui um ano porque muitos dos meus colegas já morreram’. Então, as perspectivas são piores e eu não tenho visto políticas mais consistentes dirigidas a essa população. Precisamos de uma política pública imediata para dar suporte social a essas pessoas”, afirma.

O coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde concorda que o problema do crack é muito mais complexo. Para ele, a discussão polêmica sobre para onde devem ir os usuários de crack deve ser um debate sobre o papel dessas pessoas na sociedade. “O desenvolvimento econômico está deixando para trás uma parcela significativa de brasileiros. Então, trata-se de um problema sobre que lugar na socie-



Cena flagrada pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia em um dos 68 locais de internação para usuários de drogas inspecionados

dade essas pessoas estão ocupando. Esse é um enfrentamento real que nós precisamos fazer, tornar nossas ações mais amplas, e, nesse sentido, ações intersetoriais se tornarão cada vez mais importantes para viabilizar lugares melhores para esses cidadãos que estão nessa condição de muita fragilidade e vulnerabilidade. Estamos tendo isso como aprendizado nesse período de construção da política”, declara.

Além do estereótipo dos usuários de crack como moradores de rua, Francisco Inácio acrescenta que é preciso ampliar a visão sobre o perfil dos consumidores da droga. “Nem todos os usuários fazem uso contínuo de crack especificamente. Eu tenho pacientes que fazem uso de crack, interrompem e passam um período usando cocaína cheirada e álcool, por exemplo. Normalmente, a imensa maioria é de poliusuários, como eles próprios se definem, X-tudo, total-flex, eles mesmos inventam essas palavras. Então, igualar não é correto”, afirma. Segundo Francisco, atualmente, há também usuários de crack de classe média, embora sejam minoria. “Obviamente, existe uma concentração de pessoas que vêm de comunidades pobres, que já têm toda uma vida complicada por várias razões, e o crack veio a ser mais um problema na vida delas. Os ricos nunca chegaram até o ambulatório e provavelmente não vão chegar, mas atendemos pessoas de classe média que falam bem, são articuladas, tiveram acesso à educação e mesmo assim estão usando crack”, descreve.

Para Marco Aurélio, outro erro é associar o crack a uma série de mazelas, como a vida na rua e a gravidez na adolescência. “Esses fatores são causa do uso do crack, não consequência. Essa população marginalizada de rua cheirava cola e agora usa crack, que diminui a fome e a depressão e mantém as pessoas acordadas, e elas muitas vezes precisam ficar acordadas porque estão expostas a perigos. No Canadá, por exemplo, existem usuários eventuais de crack, como existem de cocaína no Brasil. Aqui, os usuários de crack foram associados à criminalidade”, critica.

Consistência das políticas

Tarcísio alerta sobre a necessidade de controle dos recursos públicos e padronização dos serviços de atenção aos usuários de drogas. Segundo ele, há boas políticas, mas existe também muito desperdício de recursos. O professor concluiu recentemente um projeto de supervisão de 30 consultórios de rua em municípios de todos os estados do país. “Às vezes colocam todo o recurso para comprar o veículo, aí falta recurso para contratar equipe. Por outro lado, há a desconexão entre a fonte financiadora, que é o governo federal, e a utilização do recurso. Temos uma política de consultórios de rua, mas quantos estão efetivamente funcionando? Essas boas políticas precisam de um acompanhamento melhor”, destaca. De acordo com o MS, serão criados 216 novos consultórios de rua, que juntamente com os consultórios já existentes contabilizarão 308 serviços desse tipo.

Os Caps AD também serão incrementados com a nova política do Ministério da Saúde. Serão criados 41 novos Caps AD e outros 134 serão qualificados. Para Tarcísio, esse também é um serviço fundamental, embora seja necessária uma melhor definição do seu papel na rede de atenção à saúde. “É um dispositivo extremamente importante sem a menor sombra de dúvidas, mas é preciso que funcionem dentro da filosofia pela qual foram criados, como um dispositivo da atenção básica. É impossível que funcionem descontextualizados do programa de saúde da família, por exemplo. Se o Caps não está vinculado a um território, ele vira uma unidade de saúde em si mesma e ele não foi concebido dessa maneira”, alerta. Segundo Tarcísio, novamente a questão gira em torno da estruturação da atenção básica no país, da qual o bom funcionamento dos Caps e de outros serviços depende inteiramente. “E a atenção básica no país é

extremamente falha, cidades como Salvador tem 15% de cobertura da atenção básica. No Rio e São Paulo, a cobertura é de menos de 25%. E outro aspecto é que originalmente a atenção básica não inclui atenção ao uso de drogas. Se tivéssemos isso dentro da atenção básica e uma atenção básica abrangente, não precisaríamos de políticas específicas. As políticas específicas escondem esse aspecto”, lamenta.

De acordo com Tykanori, todas as estruturas previstas no novo plano de enfrentamento ao crack estarão interligadas aos outros programas e ações do MS. Ele defende a existência de políticas específicas para a organização do sistema de saúde, mas garante que, na realidade, trata-se de uma única política. “A rigor é uma única rede, mas estamos chamando as dimensões específicas da rede também de redes - rede de Saúde Mental, rede Cegonha, rede de Urgência e Emergência. Se supõe, a partir disso, que o trabalho articulado e sinérgico entre diversos órgãos dá uma maior eficácia no cuidado com as pessoas. As redes não são separadas, ao contrário, é só por uma questão de lógica organizativa é que se pode olhar a rede Cegonha separada da rede de Saúde Mental, por exemplo, mas na prática elas são interligadas. Uma mulher grávida que usa crack é parte de ambas”, diz.

A secretária nacional de Políticas Sobre Drogas, Paulina Duarte, reafirma a necessidade de uma articulação maior entre os ministérios que devem tratar a questão das drogas. “Cada Ministério tem competências regimentais específicas, que limitam seu campo de atuação. Como questões relacionadas às drogas envolvem diferentes aspectos e contextos – como saúde, assistência social, educação, direitos humanos e segurança pública – todos os ministérios envolvidos com o tema precisam estar engajados para que o programa cumpra suas metas satisfatoriamente”, disse, em entrevista realizada por e-mail.

Redução de danos

A atenção ao uso de drogas no país foi lentamente mudando de perspectiva. Francisco lembra que a truculência do período da ditadura no tratamento da questão foi abrindo caminho para a saúde pública. “Na ditadura não tínhamos abordagem democrática para nada e as drogas não seriam a única coisa que abordáramos democraticamente, justamente o contrário. Essa legislação de droga extremamente repressiva foi parcialmente reformada pelo governo Fernando Henrique e depois mais profundamente no governo Lula. O Brasil hoje tem uma legislação mais ou menos moderna, embora com problemas. E nas décadas de 1980 e 1990 tivemos uma fortíssima influência das políticas para aids nas políticas de drogas. O que foi extremamente importante porque a aids ajudou as políticas de drogas a fazer uma interface maior com a saúde pública”, conta. O professor comenta que o programa de redução de danos na Bahia, coordenado por Tarcísio, na década de 1990, foi o primeiro que conseguiu se manter e impedir que os seus membros não fossem presos.

Marco Aurélio explica que pela perspectiva da redução de danos, a abstinência da droga é um fim e não o ponto de partida. Para o professor, esse deve ser o caminho perseguido pelas políticas sobre drogas, a partir de instrumentos que já vinham sendo utilizados, como os consultórios de rua. “Na perspectiva da redução de danos, a equipe do consultório de rua aborda a população tentando criar vínculo e estabelecer uma relação de confiança. Aborda primeiro a partir de outros problemas de saúde, cuidado de um ferimento, por exemplo, fornecendo alimentos. Ensina-se a pessoa a passar protetor labial e a não usar lata para não se queimar, distribui-se cachimbos e sugere-se que se substitua o crack por maconha, por exemplo. E, uma vez chegando ao problema da droga,

se o usuário aceitar um acompanhamento, a equipe o encaminha para um Caps AD”. Tarcísio acrescenta que os programas de redução de danos conseguem avanços significativos na saúde dos usuários de drogas. “Dentro do uso de drogas, há um espectro imenso de pessoas, desde aquelas que fazem um uso compatível com outras atividades, até outras com um uso muito comprometido. Então, se uma pessoa com um uso intenso de drogas, às vezes sob grande risco, passa a ter um consumo mais protegido, ou muda para uma droga menos desfuncional do ponto de vista social, é um avanço fantástico. Se esse indivíduo dá esse passo, ele pode dar passos mais adiante, e pode, inclusive, deixar de usar drogas. Isso é diferente de se dirigir ao indivíduo exigindo abstinência, porque seguramente a maioria deles não conseguirá cumprir”, explica.

Para Tarcísio, qualquer programa sobre drogas que funcione verticalmente, na base da imposição, como uma internação compulsória, está fadado ao fracasso. “Se alguém respeita a limitação do usuário de droga e começa a construir com ele uma outra possibilidade, a chance desse indivíduo reduzir o consumo ou mesmo parar de usar a droga é muito maior do que quando se impõe. A imposição destitui o outro da capacidade de decidir sobre si mesmo. E o que nos constitui sujeitos é a capacidade de decidir minimamente sobre nossa própria vida”, ressalta.

O pesquisador lamenta que dos 250 programas de redução de danos que já existiram no Brasil, a maior parte deles, coordenados por universidades, ONGs e por alguns municípios, tenha sido desarticulada por falta de financiamento. Ele conta que o programa existente na Bahia é um dos poucos que se manteve no país e já chegou a fazer 35 mil atendimentos por ano. Tarcísio diz que o Ministério da Saúde, principal fonte financiadora dos projetos de redução de danos, começou em 2003 a transferir a responsabilidade



dos programas para os estados e municípios. Na opinião dele, a decisão de transferir foi acertada, o problema estava em quem mantinha a tecnologia da redução de danos, que eram justamente as universidades, as ONGs e o governo federal, o que ocasionou a desestruturação dos programas quando eles passaram para as esferas estaduais e municipais. “Eu digo que perdemos o trem da história quando deixamos de investir maciçamente nos programas de redução de danos como vínhamos fazendo. Há publicações mostrando a economia significativa de vidas humanas e de recursos públicos que uma política de redução de danos é capaz de causar”, diz Tarcísio. No caso de Salvador, a Secretaria Municipal de Saúde financia o programa desde 2006 e, atualmente, o governo estadual da Bahia está financiando um Caps AD em um território completamente constituído, ou seja, com todos os serviços básicos. O Caps AD funciona dentro da universidade e, além de atender a população, também será um espaço de aprendizado para profissionais que trabalham com álcool e drogas.

Para Francisco Inácio, é preciso incrementar as políticas de redução de danos de forma que atendam a realidade atual. Ele aposta nas novas tecnologias como ferramentas que podem ser eficazes na prevenção. “Para essa nova geração que é ligada à internet, não dá para fazer só a prevenção tradicional de conversa um a um, claro que essa conversa também é importante, mas eu visito as comunidades e vejo que todo mundo tem celular. Porque não fazer como foi feito na época da vacinação de influenza quando enviaram um SMS dizendo que as pessoas precisavam se vacinar de acordo com a faixa etária? Provavelmente eles vão atender muito mais facilmente a uma mensagem dessas do que uma mensagem por papel”, sugere.

Embora boa parte dos programas de redução de danos tenha sido desmantelada, conforme informa Tarcísio, o coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde concorda que o conceito da redução de danos deve guiar todas as políticas de saúde no campo de álcool e drogas. “Culturalmente, o ser humano está sempre buscando interagir com substâncias que possam de alguma forma ocasionar mudanças em suas vivências. Essas tendências sempre trazem junto benefícios e malefícios. Então, não será abolida a relação do ser humano com essas substâncias. Por isso, a redução de danos é básica para lidar nesse campo. Talvez seja equivalente a um dos aforismas mais básicos da medicina - *primum non nocere* (em latim) -, que significa 'antes de tudo não fazer o mal', ou seja, antes de tudo preservar a vida e fazer com que a pessoa viva”, reforça. ●

Rio+20: Sem confiança na ONU, sociedade civil constrói cúpula paralela

Expectativa é que milhares de pessoas se reúnam na Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro, para defender outro modelo de desenvolvimento e rechaçar a proposta da Economia Verde que será defendida no evento oficial das Nações Unidas

Raquel Júnia

Instrumento de planejamento dos governos criado na ECO 92 com o objetivo de definir compromissos e ações para alcançar um desenvolvimento sustentável.



"Venha reinventar o mundo!", convidam os organizadores da Cúpula dos Povos

O Aterro do Flamengo, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, abrigará em junho vários acampamentos e atividades com uma finalidade comum: questionar o atual modelo de desenvolvimento, que tem levado o mundo a uma crise ambiental, e mostrar as contradições das novas propostas até então defendidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para solucionar o problema. Movimentos sociais, redes e entidades brasileiras e internacionais têm se reunido há mais de um ano para organizar a Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, que será realizada paralelamente ao evento oficial da ONU – a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável Rio+20. O quadro até agora revelado mostra um alinhamento de vários governos de todo o mundo, inclusive o brasileiro, com a ideia de Economia Verde, conceito defendido pela ONU que reúne práticas de financeirização dos recursos naturais, e é enfatizado dezenas de vezes no Esboço Zero do documento final da Rio+20. É a partir dessa constatação que a Cúpula dos Povos tem ganhado força. Você, leitor, já deve estar confuso com tantos conceitos, siglas e nomes de eventos. Mas fique tranquilo, já vamos esclarecer.

A Rio +20 será realizada em junho de 2012 e acontece 20 anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como ECO 92, também realizada no Rio de Janeiro, e dez anos após outra conferência – a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – realizada em Joanesburgo, na África do Sul. A Rio +20 deveria avaliar a implementação das políticas definidas pela ECO 92, mas, conforme relata o ativista boliviano Pablo Solon, essa proposta foi perdendo espaço nas reuniões da ONU. “Quando foram iniciadas as negociações, há dois anos, todos os representantes dos países concordavam que o evento deveria avaliar o quanto se havia avançado e como cada país havia conseguido concretizar cada um dos pontos da Agenda 21. Além disso, a Rio+20 deveria propor medidas de ação para fortalecer essa Agenda. Entretanto, nesses dois anos, vários países, a União Européia e a própria Secretaria das Nações Unidas pressionaram para que a Economia Verde fosse incluída no documento da ONU”, conta.

A Economia Verde foi tema de uma reportagem especial na edição nº20 da Revista Poli, que mostrou como pesquisadores, movimentos sociais e entidades ambientalistas têm interpretado essa proposta à luz da observação de mecanismos já colocados em prática atualmente, como os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), cujo comércio mais expressivo é o de créditos de carbono. Apesar de inúmeras constatações e projeções do que pode significar a Economia Verde, as Nações Unidas ainda não apresentaram uma definição clara do conceito, conforme afirma Solon. “Na negociação das Nações Unidas, os defensores da Economia Verde dizem que ela é tudo - a separação do lixo, as vendas de carbono, a indústria limpa, tudo é Economia Verde. Mas estamos exigindo que se defina exatamente o que é porque não podemos assinar um cheque em branco”, protesta. Solon foi representante da Bolívia nas discussões

da ONU e acompanhou de perto os arranjos dos países para as propostas que serão defendidas na Rio+20. De acordo com ele, apesar de parecer que existe um consenso em torno da Economia Verde, sobretudo pela ênfase com que o tema aparece no documento da ONU, muitos países ainda têm dúvidas sobre essa proposta, embora a postura das Nações Unidas seja praticamente de imposição do tema.

O documento da ONU a que se refere o ativista boliviano é o chamado “Esboço Zero”, divulgado em janeiro de 2012. Por mais estranho que possa parecer, antes mesmo da Rio+20 acontecer já existe um rascunho do relatório final da Conferência, que deverá ser aprovado pelos países. No texto, a Economia Verde aparece quase cem vezes. “O termo Economia Verde foi adotado no início de 2010, simplesmente como tema para ser discutido na Rio+20. E como houve muita controvérsia, o conceito foi reformulado como ‘Economia Verde no marco de desenvolvimento sustentável’. Não foi somente Economia Verde porque havia muito temor. Mas agora é o tema central da Rio+20 e já temos um programa, uma agenda, um marco institucional, indicadores, metas, ou seja, um conjunto de mecanismos para dar seguimento à Economia Verde. O desenvolvimento sustentável passou a ser simplesmente algo enunciativo, todos os mecanismos que estão sendo discutidos têm a ver com a Economia Verde”, explica o ativista boliviano.

Os Major Groups são nove grupos de pessoas e entidades diversas, separados por ramos de atuação, como negócios e indústrias, e ONGs, por exemplo, que passaram a participar das conferências da ONU desde a ECO 92. O Sistema ONU é composto pelos fundos, programas, comissões regionais, secretariados de convenções, agências especializadas, instituições financeiras internacionais e a Organização Mundial do Comércio.

Solução em três dias?

A Rio+20 será realizada de 20 a 22 de junho deste ano, com atividades concentradas no Rio-centro, um grande espaço destinado a eventos na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Participarão da Conferência, chefes de estado de todos os países-membros da ONU, organizações e pessoas da sociedade civil que fazem parte dos chamados **Major Groups**, além de todas as entidades que compõem o **Sistema ONU** e outros convidados. Os dois temas em foco na Conferência são ‘a Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza’ e ‘o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável’. Para Lúcia Ortiz, coordenadora internacional do programa Justiça Econômica - Resistindo ao Neoliberalismo da ONG Amigos da Terra, uma das organizações que apóiam a realização da Cúpula dos Povos, a Rio+20, assim como outros eventos patrocinados pela ONU, não será um espaço democrático. “Não existem cláusulas de negociação, não há o que negociar em três dias numa Conferência dessas, com o Esboço Zero que já está pronto e com a implementação da Economia Verde já sendo feita a toque de caixa. O processo de negociação desses acordos é absolutamente falho, não é transparente e é ínfimo nos termos de tempo de negociação e de amadurecimento. É uma imposição de um falso consenso e um abafamento das críticas e das alternativas que se impõem”, critica.

Outro questionamento de vários movimentos sociais diz respeito ao papel que as grandes empresas exercem dentro das Nações Unidas, segundo eles, com um peso muito maior do que o dos próprios países. Em janeiro, foi realizado em Porto Alegre, nos dias que antecederam o **Fórum Social Temático**, o seminário Rumo à Rio+20: por uma outra economia, que reuniu várias das organizações que estão construindo a Cúpula dos Povos para debater o que estará em jogo na Rio+20. Durante o Seminário, ganhou força o protesto contra o que foi chamado de “cap-

O Fórum Social Temático foi realizado em janeiro de 2012, em Porto Alegre (RS) e teve como tema ‘Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental’.

tura corporativa da ONU”. “Nós temos visto o quanto os espaços da ONU, apesar de tão essenciais para o multilateralismo e para acordos que têm que ser globais, tem sido capturados pelas corporações e pelos interesses do lucro e do capital cada vez de forma mais explícita e sem constrangimento. Essa captura corporativa é algo que impede que hoje a ONU represente os anseios dos povos, porque os próprios governos nacionais estão capturados pelas corporações que os financiam e não conseguem responder às crises”, diz Lúcia. “O Estado não está mais se dando o papel de gestor e de assegurar os direitos conquistados, ele está assumindo o papel de mediador de contratos, como se fosse uma agência reguladora entre o mercado, o meio ambiente e as populações”, complementa. Segundo Lúcia, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 15), realizada em Copenhague, em 2009, a delegação oficial do Brasil, responsável por negociar os assuntos de interesses do país na Conferência, incluía representantes de empresas como a Coca-Cola e a Vale.

Camila Moreno, coordenadora de Sustentabilidade da Fundação Heirich Böll, que também participou do Seminário, explica como a ONU, os países e as corporações têm preparado o terreno para a Economia Verde. Segundo ela, desde 2006, todas as agências da ONU consolidaram informes sobre o tema. Ela explicou que, da mesma forma, os principais bancos, os think-thanks corporativos (agências que forjam o pensamento corporativo e atuam em fortes setores de *lobby*) e as organizações que Camila chamou de “ONGs de mercado”, além das consultorias, estão construindo as bases para o capitalismo verde. “Essas consultorias estão atuando não apenas para empresas, mas também para países. No Brasil, a consultoria



UN Photo/R. Meira

O líder indígena Pataxó Puhuy é entrevistado durante a ECO 92

McKinsey & Company foi a que mostrou o plano de desenvolvimento de baixo carbono para o país. Todos os agentes públicos que eu pude assistir em 2008 e 2009 fazendo apresentações - ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente e do Planejamento - usavam os slides dessa consultoria. Quem pagou essa consultoria para o Brasil foi o príncipe Charles [da Inglaterra]. A McKinsey & Company também foi a principal formuladora de políticas públicas na Guiana, na Indonésia, na Bacia do Congo, viajou o mundo inteiro", relata.

Para Ivo Lesbaupin, da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), entidade que também coordena a Cúpula dos Povos, as políticas dos governos e da ONU, pautadas pelas corporações, são muito falhas no combate às causas da crise ambiental. "Por mais que a consciência sobre a gravidade da crise ecológica esteja ano a ano maior, com os cidadãos mais conscientes que esses eventos extremos que estão ocorrendo de forma cada vez mais letal são frutos desse processo de devastação, os governos parecem que não estão no meio desses cidadãos e não tomam sequer um décimo das providências que os cidadãos acreditam que eles deveriam tomar para interromper esse processo", comenta.

Lúcia Ortiz descreve o peso que a Rio+20 pode ter para a re-

cuperação do sistema capitalista. "Disfarçada de uma agenda ambiental, a Rio+20 traz uma agenda política muito importante. Podemos fazer uma comparação com os ajustes estruturais neoliberais que aconteceram na década de 1990. Naquela época, se formou o famoso Consenso de Washington, para liberalizar os serviços públicos e colocar em curso todos os processos de privatização que nós vimos nas décadas de 1990 e 2000. E agora que o capitalismo está em crise, ele tenta se inovar e forjar novas formas de acumulação que precisam dos Estados, das políticas públicas e de leis para oferecer novas fronteiras de acumulação, fronteiras que estão em grande parte no meio ambiente. A Economia Verde consiste em 'comodificar' (tornar uma commodity), tornar papel moeda, todos os componentes da natureza, seja a biodiversidade, a água ou o carbono", diz.

A desconfiança com as negociações oficiais da Rio+20 também é compartilhada por outras organizações que coordenam a Cúpula dos Povos e apostam nas soluções construídas pelos próprios movimentos sociais. "Nós temos muita descrença no processo ONU, achamos que ele está completamente capturado pelos interesses do capital, principalmente do capital financeiro, lamentavelmente. Então, nosso esforço concretamente está na construção da Cúpula dos Povos", reforça Luis Zarref, representante da Via Campesina.

Rumo à Cúpula dos Povos

A organização da Cúpula dos Povos é coordenada pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 (CSCF), que tem assento na Comissão Nacional para a Rio+20 e também é considerado pelo evento oficial da ONU como grupo de articulação local. Participam da coordenação do CSCF, 27 entidades, redes e movimentos sociais. Embora muitas organizações que compõem o CSCF não apostem suas fichas no evento oficial da ONU, algumas participarão também da Rio+20. Outras entidades que não são parte oficialmente do Comitê Facilitador também estão ajudando a construir a Cúpula dos Povos. O texto de convocatória para o evento, divulgado pelas organizações, critica justamente a falta de efetividade das políticas da ONU. "Nestas duas décadas, a falta de ações para superar a injustiça social ambiental tem frustrado expectativas e desacreditado a ONU. A pauta prevista para a Rio+20 oficial – a chamada Economia Verde e a institucionalidade global – é considerada por nós como insatisfatória para lidar com a crise do planeta, causada pelos modelos de produção e consumo capitalistas", diz o documento.

A Cúpula dos Povos será realizada de 15 a 23 de junho, no Aterro do Flamengo, o mesmo local onde a sociedade civil também realizou várias atividades durante a ECO 92, no chamado Fórum Global. A programação do evento inclui atividades organizadas por movimentos sociais do Rio de Janeiro a fim de dar visibilidade a processos de resistência na cidade, além da realização de grupos de discussão autogestionados e um espaço de confluência denominado de Assembleia Permanente dos Povos, que começará no dia 18 e vai até o final do evento. Haverá ainda outro espaço, que está sendo chamado de Território do Futuro, para organizações e movimentos sociais apresentarem experiências e projetos concretos de construção de outros modelos e práticas políticas, sociais e econômicas. O dia 20 de junho será considerado o Dia de Mobilização Internacional, quando serão incentivadas manifestações em todo o mundo. "Decidimos ter a última palavra, por isso a Cúpula dos Povos irá até o dia 23 de junho, um dia depois do final da Rio+20", comenta Fátima Mello, da Fase – Educação e Solidariedade, uma das organizações que está construindo a Cúpula dos Povos.

Para Lúcia Ortiz, embora não haja o que negociar na Rio+20, há o que denunciar dentro do evento oficial. "A estratégia dentro das negociações é de monitorar, nomear, reconhecer, explicitar os agentes de lobby e de captura corporativa que estão atuando lá de forma explícita. E ao mesmo tempo cobrar da ONU: o que tem acontecido com as convenções

desde 1992? O que aconteceu na Convenção sobre Diversidade Biológica em Nagoya [Japão]? A Convenção só se destravou porque os países em desenvolvimento foram os que assumiram a grande carga e aceitaram a métrica da mercantilização da biodiversidade”, diz. Já na Cúpula dos Povos, Lúcia reforça que a proposta é dar visibilidade aos vários enfrentamentos a esse modelo de desenvolvimento que já está acontecendo no mundo e aportar com outras soluções. “Vamos ver o mundo real, porque a retórica desses acordos está fora da realidade. Vamos nos solidarizar com as lutas do mundo inteiro – vamos unir a luta contra Angra com a luta contra Fukushima [usinas nucleares], e ainda com Belo Monte [usina hidrelétrica]. Estamos trazendo a experiência do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências porque num mesmo território existe o enfrentamento à mineração, à privatização da água, ao avanço das monoculturas. Na ECO 92, ONGs e movimentos sociais nos reconhecemos e agora já sabemos trabalhar juntos. Essa é a tônica de toda a programação e da metodologia da Cúpula dos Povos. Queremos desafiar os nossos governos a escutar essas soluções”, completa Lúcia.

A Via Campesina fará um acampamento na região onde acontecerá a Cúpula dos Povos, com a previsão de duas mil pessoas acampadas. Estão previstos também acampamentos quilombolas, indígenas, da juventude e de outros movimentos sociais. “Acreditamos que de dentro da Cúpula oficial não sairá nada interessante para os povos, por isso, temos que manter uma Cúpula forte, com diversidade, mas caminhando para a unidade. Faremos ações contundentes de denúncia porque o Brasil hoje é um exemplo muito claro

Para Saber Mais

Para saber mais sobre a Rio+20, a Cúpula dos Povos e as contradições da Economia Verde, acesse o Especial Rio+20 no site www.epsjv.fiocruz.br e confira também novas reportagens nas próximas edições da Revista Poli.

O Encontro Nacional de Diálogos e Convergências foi realizado em setembro de 2011, em Salvador (BA). Após três oficinas territoriais realizadas no Agreste da Paraíba, no Planalto Serrano Catarinense e no Norte de Minas Gerais, o encontro foi construído por redes e movimentos sociais com uma metodologia que costurava os temas do encontro – agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo – com as experiências de resistência e de práticas contra-hegemônicas nos territórios.

das várias contradições desse modelo de desenvolvimento. Nós temos um código florestal que está sendo destruído, temos o avanço de Belo Monte sobre as comunidades indígenas, além de comunidades sendo despejadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Todos os conflitos que estão acontecendo no mundo têm síntese aqui no Brasil. Este é o momento de visibilizarmos essas contradições e aumentarmos a unidade das lutas internacionais”, salienta Zarref.

De acordo com Sandra Quintela, do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), foi decidido coletivamente que a Cúpula será um evento independente e estará fora da Rio+20. Ela explica que na Cúpula haverá momentos de informes das organizações que tiverem representantes dentro do evento oficial para que repassem o que estiver acontecendo. “Estamos querendo trabalhar análises comuns numa grande Assembleia dos Povos para discutir quais são as causas estruturais da crise do capital hoje, quais são as novas formas de acumulação do capital, o que ele está criando para se reproduzir e quais são as verdadeiras soluções apontadas pelos povos”, ressalta Sandra.

O *slogan* da Cúpula dos Povos é 'Venha reinventar o mundo!'. Segundo o comitê organizador do evento, as corporações não terão espaço no local onde ocorrerão as atividades. Inclusive, estão sendo pensadas soluções como a compra direta de alimentos da agricultura familiar para a alimentação dos participantes. As experiências brasileiras e de outros países que já apontam para outro modelo de desenvolvimento serão apresentadas na Cúpula dos Povos. “Nós queremos mostrar que é possível organizar outro tipo de sociedade que será muito melhor do que essa que está destruindo as condições de sobrevivência da humanidade na terra. Há exemplos concretos em todos os países do mundo, seja na agricultura com agroecologia, na construção de casas e de edifícios, na geração de energia. Por exemplo, toda a tecnologia da convivência com o semi-árido aqui no Brasil, que mostra que não precisamos transpor o Rio São Francisco. Queremos mostrar que embora essas experiências ainda sejam localizadas, elas podem ser difundidas”, diz Ivo Lesbaupin. ●



Indígenas em protesto contra Hidrelétrica de Belo Monte – uma das experiências de resistência atuais que farão convergência na Cúpula dos Povos

Ueslei Marcelino/CC BY-NC-SA 2.0

Quase vinte anos de DRU

Criada para ser transitória, Desvinculação das Receitas da União (DRU) é prorrogada por mais quatro anos e deve retirar R\$ 60 bilhões da Seguridade Social em 2012

André Antunes

Aprovada em 2000 pelo Congresso Nacional, a EC 29, que define os percentuais mínimos que União, estados e municípios devem aplicar em ações e serviços de saúde, além de especificar quais ações podem ser consideradas como sendo de saúde, não havia sido regulamentada até o ano passado. No entanto, quem nutria esperanças de que ela significaria maior aporte de recursos para a saúde frustrou-se, uma vez que o texto aprovado descartou a criação de um novo imposto para a saúde e vetou o artigo que obrigava a União a destinar 10% de seu orçamento para a área. Com isso, o valor aplicado na saúde deve manter-se praticamente o mesmo.

O ano de 2011 não trará boas lembranças para quem luta por mais recursos para a Seguridade Social: além da regulamentação da Emenda Constitucional 29 - que tramitava há mais de uma década no Congresso Nacional – não ter trazido nada de novo em termos de recursos para a Saúde, o Senado aprovou, em cima da hora, a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que tinha prazo para terminar no dia 31 de dezembro de 2011. Com a prorrogação, sancionada pelo Executivo ainda em dezembro do ano passado, a DRU passou a valer até o final de 2015.

Implementada há 18 anos e prorrogada inúmeras vezes por sucessivos governos, a DRU permite ao governo federal dispor livremente de recursos que, constitucionalmente, deveriam ser destinados para áreas como a Seguridade Social, que inclui a Saúde, a Previdência e a Assistência Social. Sua prorrogação foi tratada como prioritária pela presidente Dilma Rousseff, que cobrou dos senadores agilidade na votação da matéria, vista como essencial na composição do Orçamento da União para 2012. Prova disso veio no dia 2 de fevereiro deste ano, na abertura dos trabalhos do Congresso, quando a presidente leu sua 'Mensagem ao Congresso'. No texto, Dilma citou a DRU como um dos "projetos fundamentais" para sua gestão aprovados em 2011 pelo Congresso, além do Pronatec (veja matéria sobre o tema na revista Poli nº21) e do Plano Brasil sem Miséria.

A DRU e a dívida pública

A DRU é um dos mecanismos usados pelo governo federal para atingir a meta de superávit primário – excedente entre a receita e a despesa do governo federal, excluídos os juros - estabelecidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No artigo 'O financiamento do SUS: trajetória, contexto e constrangimentos', Maria Alicia Ugá e Rosa Maria Marques, respectivamente, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz) e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) explicam: "Em nome da estabilização da moeda, foi instituída em 1994 a desvinculação de parte dos recursos da Seguridade Social com a criação do Fundo Social de Emergência. Esse fundo – em 1997, renomeado como Fundo de Estabilização Fiscal e, em 2000, finalmente para expressar seu verdadeiro caráter, como Desvinculação das Receitas da União (DRU) – permite que 20% das receitas de impostos e contribuições sejam livremente alocados pelo governo federal". Essa reserva de recursos é usada principalmente para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, para a qual serão destinados, em 2012, 47,19% do orçamento geral da União – cerca de R\$ 655 bilhões.

Inversão de papéis

De acordo com as autoras, quando foi proposta em 1994, a medida recebeu franca oposição de setores comprometidos com a Seguridade Social. O Partido dos Trabalhadores, à época na oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, fechou questão contra sua aprovação no Congresso Nacional. "Curiosamente, no primeiro ano do governo Lula, esse mesmo partido defendeu e conseguiu aprovar a vigência da DRU até 2007", apontam. Mais do que isso, dizem as autoras, o governo Lula foi mais fundo no corte de recursos destinados à área social. Segundo elas, se a meta de superávit primário acordada com o FMI era de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ao final do governo FHC, em Carta de Intenção enviada ao FMI em 2003, o governo Lula aumentou

espontaneamente esse patamar pra 4,25%, “promovendo cortes no orçamento da União em R\$ 14,1 bilhões, o que reduziu a disponibilidade dos ministérios da área social em 12,44%”, revelam.

Para o governo, vinculações orçamentárias na Constituição são excessivas

O texto aprovado pelo Senado no final do ano passado, transformado na Emenda Constitucional 68/2011 após a sanção da presidente, não muda nada em termos do que já vinha sendo feito desde o início da vigência da DRU. Na proposta apresentada ao Congresso em agosto de 2011, o governo federal justificou a necessidade de prorrogação da DRU afirmando que a estrutura orçamentária e fiscal brasileira possui “elevado volume de despesas obrigatórias” e também “vinculação expressiva das receitas orçamentárias a finalidades específicas”. “Esse delineamento”, continua o texto assinado pelo ministro da Fazenda Guido Mantega e pela ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, “tende a extinguir a discricionariedade alocativa, pois reduz o volume de recursos orçamentários livres que seriam essenciais para implementar projetos governamentais prioritários, e prejudica a formação de poupança para promover a redução da dívida pública”.

Engessamento

Em discurso no Congresso feito antes da prorrogação da DRU, o deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ) atacou as contradições presentes no discurso dos defensores da medida. “A base do governo reclama das vinculações orçamentárias, conseguidas com tanto custo pelo povo brasileiro na Constituição de 1988, de modo a fortalecer a Seguridade Social e outras importantes áreas sociais”, criticou. Para Alencar, quando o governo adota o discurso de que as vinculações orçamentárias previstas na Constituição “engessam” o orçamento, tira o foco da discussão sobre a principal fonte de engessamento do orçamento: a própria dívida pública. “Aí sim reside o verdadeiro engessamento, visto que, de acordo com a Constituição e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a discussão do orçamento não pode sequer tocar na questão da dívida pública, que consome a metade do orçamento”, apontou.

Tamanho do “desvio”

De acordo o relatório 'Análise da Seguridade Social em 2010', da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (Anfip), entre 2005 e 2010, a DRU retirou do Orçamento da Seguridade Social R\$ 228 bilhões. Só em 2010, deixaram de ser aplicados na Seguridade Social pouco mais de R\$ 45 bilhões por conta da DRU, “recursos que faltam, por exemplo, para equacionar os problemas da saúde”, como ressalta o relatório. Segundo a Anfip, o argumento de que faltam recursos para investir em políticas sociais não encontra respaldo nos dados: o Orçamento da Seguridade Social (OSS) teve, em 2010, um superávit de R\$ 58 bilhões. “Toda vez que se fala em aumento do salário mínimo, o governo alega falta de recursos e omite que a Seguridade Social possui grande superávit para cobrir tal aumento, mas que este superávit é destinado a outras finalidades graças à DRU”, apontou o deputado Chico Alencar em seu discurso. “Está claro que a DRU prejudica o atendimento às urgentes necessidades do povo brasileiro, que morre nas filas dos hospitais e sofre com o fator previdenciário, que reduz e posterga as aposentadorias, e com o baixo valor do salário

mínimo, atualmente quatro vezes menor que o mínimo exigido pela Constituição”, completou.

Fim da DRU para a educação

A seguridade social terá que conviver com a apropriação de recursos proporcionada pela DRU por mais quatro anos, mas, pelo menos para a educação, essa deixou de ser uma realidade em 2011. Isso por conta da promulgação, em 2009, da Emenda Constitucional 59 que determinou que, para a educação, o montante de recursos desvinculados pela DRU deveria diminuir progressivamente até deixar de incidir sobre a área, o que passou a acontecer a partir do ano passado. “A educação perdia muito com a DRU. A metodologia de cálculo da desvinculação utilizada pela Secretaria do Tesouro ampliava a quantidade de recursos desvinculados. Na prática, chegou a 35%”. Isso porque, continua o relatório da Anfip, enquanto a vinculação constitucional à educação foi estabelecida em 18% sobre a receita líquida dos impostos, a DRU permitia a desvinculação do total de impostos arrecadados, não só sobre a receita líquida. Entre 2005 e 2010, a Educação perdeu R\$ 36 bilhões desvinculados pela DRU, sendo R\$ 9,2 bilhões apenas em 2008, um ano antes da entrada em vigor da EC 59. “Para a educação, os efeitos positivos da exclusão da DRU puderam ser sentidos. Os gastos federais foram ampliados significativamente e viabilizaram, por exemplo, a expansão e a interiorização de universidades e redes de ensino técnico e profissionalizante”, assinala a Anfip em seu relatório. ●

O OSS é composto por contribuições sociais incidentes sobre os trabalhadores, a folha salarial, o faturamento e o lucro das empresas e sobre a receita oriunda de loterias, e será de R\$ 535 bilhões em 2012.

Raio-X dos efeitos dos agrotóxicos



Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE' é um livro organizado por Raquel Rigotto e construído por uma verdadeira comunidade de pesquisa com seus 39 autores, que, por quatro anos, participaram do projeto 'Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos'. Nas abordagens inter-trans-disciplinares de seus 19 capítulos, o leitor sente-se parte integrante da pesquisa-ação realizada com a comunidade do Baixo Jaguaribe.

Desvendar os impactos negativos decorrentes da articulação de grandes proprietários de terra, capital financeiro e a indústria de insumos – máquinas, equipamentos, sementes, fertilizantes e agrotóxicos - para produzir *commodities* e lucro, não raras vezes incentivado por políticas públicas de desenvolvimentismo, somente poderia ser enfrentado pela perspicaz construção de uma rede de pesquisadores, com formações diversas, para olhar o problema sob diferentes lentes. A obra culminou em um ímpar espectro de conhecimentos: metodológico, sociológico, jurídico, agrônômico, epidemiológico, ambiental e organizacional.

No livro, é possível acompanhar e sentir-se parte de cada etapa da pesquisa sob a lente dos autores, que nos expõem uma realidade escondida em nosso país: a dos efeitos negativos do agronegócio, tão enaltecido na balança comercial da economia brasileira.

Podemos quase sentir o cheiro do agrotóxico pulverizado nas lavouras de frutas da Chapada do Apodi (CE) e também sobre as roupas dos moradores da pequena comunidade de Tomé, em Limoeiro do Norte (CE), que secam ao sol.

Podemos também sentir a angústia da mãe que prepara a mamadeira do bebê com a água do canal aberto ao lado da plantação pulverizada. Dá para imaginar os rostos suados e perplexos dos pesquisadores no ônibus de volta da primeira visita à localidade; e partilhar com eles o mesmo turbilhão de ideias sobre como começar e construir o desenho do estudo.

E podemos ainda nos indignar com o homicídio de Zé Maria do Tomé, principal liderança de Limoeiro do Norte (CE), na luta contra as contaminações e durante os imbróglis jurídicos dos episódios ocorridos durante uma greve dos trabalhadores na produção de abacaxi. Mas também vemos o esforço dos pesquisadores recompensado pela apropriação do conhecimento pela comunidade sobre sua realidade, transcrevendo em desenhos as suas percepções de vulnerabilidade socioambiental e partindo para a busca organizada de soluções.

Desde o primeiro capítulo, o livro já afirma que “o conhecimento de determinada realidade social impõe desafios éticos ao pesquisador, que não pode ser um mero espectador da realidade”. Também cabe a eles “construir um conhecimento crítico, transformador e emancipatório”.

O compromisso social dos investigadores fica demonstrado em cada página do livro, tanto na construção participativa do conhecimento, quanto na ampliação da criticidade e da consciência emancipatória da comunidade exposta aos problemas decorrentes do avanço do agronegócio da fruticultura.

Os autores concluem apontando mudanças do modelo de produção agrícola vigente para as técnicas de agricultura agroecológica, e da alienação dos trabalhadores para o controle social das políticas públicas para que elas “atendam às demandas e os interesses da coletividade”.

O livro descreve, analisa e faz pensar. ●

Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE
Raquel Rigotto (org), UFC, Editora Expressão Popular, 2011, 612p.

Leticia Rodrigues da Silva é mestrandia em Toxicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), bacharel em Direito e gerente de Normatização e Avaliação na Gerência Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

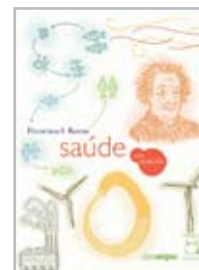
PUBLICAÇÕES



Trabalhar na Saúde: experiências cotidianas e desafios para a gestão do trabalho e do emprego
Ada Ávila Assunção e Jussara Brito (organizadoras)
Fiocruz, 2011, 216p.



De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política
Carlos Nelson Coutinho
Boitempo, 2011, 184p.



Saúde em questão
Francisco I. Bastos
Fiocruz, 2011, 112p.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

As empresas são importantes agentes de promoção do desenvolvimento econômico e do avanço tecnológico que está transformando rapidamente o planeta numa aldeia global. É fundamental que exista uma consciência global que engaje todos num processo de desenvolvimento que tenha como meta a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural, a promoção dos direitos humanos e a construção de uma sociedade economicamente próspera e socialmente justa”. O trecho acima foi retirado do site do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, organização brasileira que afirma ter a missão de “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios” de acordo com os princípios da responsabilidade social. Mais a frente, o texto ressalta a importância do setor empresarial nesse processo: “As empresas, adotando um comportamento socialmente responsável, são poderosos agentes de mudança para, juntamente com os Estados e a sociedade civil, construir um mundo melhor”.

É provável que você já tenha ouvido a expressão ‘responsabilidade social’. Nos últimos anos, ela tornou-se quase um mantra entre as empresas preocupadas em passar para seus públicos a imagem de que estão ‘antenas’ e de que se preocupam com as mazelas do mundo. Uma busca pelos sites de algumas das maiores transnacionais do mundo permite constatar que são raríssimas as empresas que não possuem uma seção especial voltada para o tema. E nem é preciso ser uma grande empresa para adotar o tal “comportamento socialmente responsável” pregado pelo Instituto Ethos. Não é difícil,

por exemplo, encontrar adesivos com os dizeres “Estabelecimento socialmente responsável: não vendemos bebidas para menores de 18 anos” espalhados por bares de grandes cidades brasileiras. A seguir, você ficará sabendo mais sobre a origem, o alcance e as implicações da adoção dos discursos e práticas da responsabilidade social.

Crise capitalista e acomodação

No livro “A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo”, o professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), André Martins, explica que o termo se popularizou entre empresários e intelectuais da burguesia dos EUA, onde, na década de 1970, ocorreu “uma forte onda de protestos sociais e políticos, acompanhados de movimentos culturais alternativos que, em geral, reivindicando a paz, abalaram a legitimidade de governos e a imagem de empresas que mais lucravam com a política externa estadunidense, principalmente com a guerra no Vietnã”, escreve. Na tentativa de desarmar o discurso de contestação desses movimentos, o setor empresarial passou a defender que as empresas adotassem práticas visando não só ao lucro, mas também ao desenvolvimento social. Como afirma Martins, em entrevista à Poli, a ideologia da responsabilidade social se constrói pela unidade indissociável do político com o econômico, e é justamente no período de crise capitalista entre as décadas de 1970 e 1980 que ela ganha projeção mundial. Nesse período, aponta o professor, a crise do desenvolvimento econômico gerou aumento do desemprego, queda dos salários, aumento dos movimentos de protesto e questionamento do próprio capitalismo. “Assim a responsabilidade social se converteu em uma **tentativa de ‘organizar a casa’, uma forma de restabelecer as relações sociais capitalistas em outro patamar, com a incorporação de demandas sociais subordinadas à visão de mundo capitalista.** Os empresários passaram a atuar em projetos ambientais, culturais, educacionais, procurando sinalizar as bases de convivência no mundo contemporâneo”. Parte da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, por sua vez, ao verem parte de suas demandas atendidas, ainda que de modo fragmentado, acabaram por abandonar projetos societários alternativos e passaram a reforçar a perspectiva burguesa, restabelecendo a coesão social.

Duplo Movimento

No interior da classe empresarial, a responsabilidade social também exerce um papel importante no âmbito da concorrência intercapitalista. “É fácil visualizar com o exemplo do trabalho infantil: as empresas socialmente responsáveis acreditam que o trabalho infantil não deve ser explorado e propõem isso como agenda positiva, de tal maneira que impeça que empresas e empresários inescrupulosos criem diferenciais na concorrência, implicando nos preços”, como explica Martins. Segundo ele, a responsabilidade social,

assim, exerce um duplo movimento: no interior da burguesia, sinaliza uma nova postura em relação aos negócios, e para fora da classe empresarial, visa apresentar elementos que permitam construir um novo padrão de sociabilidade referenciado na visão de mundo burguesa.

Papel do Estado

No Brasil, a responsabilidade social ganha força a partir dos anos 1990, quando o país enfrentava altas taxas de inflação e desemprego. O período coincide com a difusão, em nível mundial, do ideário político neoliberal da chamada Terceira Via, que de acordo com André Martins, procura apresentar uma alternativa para o neoliberalismo ortodoxo e a social-democracia. “O programa da Terceira Via visa superar pontos críticos do projeto neoliberal ortodoxo, sinalizando novas possibilidades de retomada do desenvolvimento capitalista. Ele propõe redefinir o papel da aparelhagem do Estado e incentivar a participação de organizações da sociedade civil na execução de políticas sociais. A ideologia da responsabilidade social casa como uma luva nesse projeto”, afirma o professor.

Os governos Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva contribuíram significativamente com a difusão da responsabilidade social. “Durante o governo Lula, o BNDES [Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social] abriu linhas de crédito para financiar projetos de responsabilidade social a juros baixos, permitindo que empresas buscassem recursos para executar suas ações por meio de empréstimos”, afirma Martins, e completa: “Se os projetos eram voltados para o público externo das empresas, os juros eram menores do que os cobrados nos projetos voltados aos trabalhadores. Com isso, o governo deixou muito claro para os empresários a importância da ação de fundações empresariais junto à sociedade”. No governo Dilma Rousseff, aponta André, vem ocorrendo uma ratificação dessas práticas, principalmente através das chamadas parcerias público-privadas. “De modo geral esse movimento reforça a possibilidade de focalização das políticas sociais, de redução de seu alcance. Ao invés de políticas universais, temos políticas sociais focalizadas e fragmentadas”.

Colaboração

No campo das relações de trabalho, a grande transformação trazida pela adoção da responsabilidade social pelas empresas é a ressignificação das relações entre patrões e empregados, expressa, por exemplo, no emprego de uma nova terminologia para designar os trabalhadores. “Hoje é muito comum a utilização do termo ‘colaborador’. Isso faz parte de uma estratégia de reconhecimento do trabalhador como ser social. Assim, o trabalhador deixa de se ver como um assalariado e de ver o patrão como alguém que o explora”, explica André Martins. Torna-se cada vez mais comum, continua André, a adoção, pelos empresários, de políticas como a participação nos lucros e o pagamento de planos de saúde. “Com isso se afirma também um processo novo de intensificação do trabalho. Essa relação torna, de uma forma mais rica, o trabalhador identificado com a empresa, e quanto mais identificado com a empresa mais produtivo ele se torna”, completa.

De acordo com o professor da UFJF, a naturalização de um quadro em que os trabalhadores trabalham cada vez mais se consolida também com outra prática muito difundida pelos ideólogos da responsabilidade social: o incentivo ao voluntariado. Muitas empresas, diz ele, formam comitês de voluntários para atuar em ações sociais, como campanhas de distribuição de alimentos e reformas de escolas, por exemplo. A participação nesses comitês acaba se tornando um diferencial de empregabilidade para os trabalhadores. “Então, mesmo quando o trabalhador tem visão crítica sobre programas em-

presariais de voluntariado, ele adere ao programa por reconhecer que, na hora da demissão, aquele que participou tem mais chances de ficar na empresa, ou saindo da empresa tem mais chances de se recolocar no mercado, uma vez que o voluntariado é diferencial no currículo”, explica. Para Martins, os programas de voluntariado dentro das empresas acabam caracterizando um processo de sobretrabalho. “Acontece de o trabalhador ser convocado a atuar em uma ação da empresa no final de semana, sem receber remuneração nenhuma por isso. Se isso gera tensão e preocupação para alguns, muitos assimilam facilmente, porque acreditam que estão de fato fazendo a diferença e mudando o mundo”, aponta.

Pedagogia da hegemonia

Para André Martins, a disseminação da ideologia de responsabilidade social e da penetração cada vez maior do setor privado na educação tem como efeito o aumento do gerencialismo nas instituições de ensino. “A escola passa a funcionar como empresa: ela deixa de ser uma instituição social para ser organização social, que precisa cumprir metas, gerar ‘produtos’ quantificados e qualificados, reduzindo a formação humana dos alunos. O lugar da crítica e do questionamento deixa de existir”, alerta. Esse gerencialismo, para Martins, impõe às futuras gerações de trabalhadores uma formação restrita, baseada na pedagogia das competências e na teoria do capital humano. “A responsabilidade social é uma expressão da nova pedagogia da hegemonia, que são estratégias educativas para formar esse grande consenso necessário à coesão cívica e à manutenção do capitalismo”, ressalta o professor, e em seguida conclui, alertando para a abrangência e disseminação dessa ideologia: “Acredito que estamos vivendo um contexto novo, uma dinâmica social nova em que a hegemonia burguesa se consolida em um patamar nunca antes verificado nas nossas relações sociais”.●